

Administração Universitária: Desvendando o Campo Científico no Brasil

Raphael Schlickmann¹
Maurício Serva²
Pedro Antônio de Melo³

O campo científico ao se constituir em uma estrutura em que agentes ocupam posições a partir do acúmulo de capital científico adquiridos ao longo de sua trajetória acadêmica por meio de lutas para alcançar o melhor lugar nessa estrutura (BOURDIEU, 1983) torna-se uma das categorias de análise que viabilizam o estudo da atividade dos cientistas enquanto atores sociais, cooperando ou rivalizando segundo modalidades particulares em instituições específicas (BOUDON, 1990). Ao se perceber que a administração universitária no Brasil, pode ser vista como um subcampo científico da administração no país, e tomando por base a abordagem sobre o campo científico de Bourdieu (1983; 2004), o objetivo central deste trabalho é o de analisar como está constituída a administração universitária enquanto campo científico no Brasil. Por meio de uma abordagem predominantemente quantitativa buscou-se identificar alguns agentes que formam o campo científico da administração universitária no Brasil, traçar um perfil desses agentes e a partir deste caracterizar o próprio campo. Como resultados principais deste trabalho pode-se apontar: a identificação de 233 agentes-pesquisadores, 17 grupos de pesquisa e 18 cursos de pós-graduação *stricto sensu* em administração atuando no campo científico da administração universitária no Brasil, conforme os critérios utilizados. Verificou-se que existe a presença de temas relacionados às teorias da administração na produção científica da área, porém prevalecem temas considerados como específicos da área, ou seja, que não necessariamente estejam relacionados à administração, mas ao ensino ou a educação superior. Quanto à estrutura do campo, a partir da análise da distribuição de capital científico entre os agentes-pesquisadores, pôde-se constatar que há uma relativa desigualdade nesta distribuição independente do tipo de capital científico (puro ou institucional) considerado. Existe maior facilidade em se obter poder científico que prestígio acadêmico neste campo, pois há mais pesquisadores ocupando posição de destaque quanto ao acúmulo de capital institucional que capital puro. Os agentes dominantes deste campo são em sua maioria do sexo masculino e com atuação nos mesmos locais onde se concentram a maior partes dos agentes do campo em geral, o que indica que os agentes tendem a estar mais próximos dos dominantes para ocupar melhores posições no campo. As fontes de capital científico mais importantes para ocupar posições de destaque no campo estão ligadas principalmente à titulação e à experiência profissional dos agentes.

Palavras-chave: administração universitária, campo científico, capital científico.

1 INTRODUÇÃO

O campo científico ao se constituir em uma estrutura em que agentes ocupam posições a partir do acúmulo de capital científico adquiridos ao longo de sua trajetória acadêmica por

¹ UDESC/SOCIESC

² UFSC

³ UFSC

meio de lutas para alcançar o melhor lugar nessa estrutura (BOURDIEU, 1983) torna-se uma das categorias de análise que viabilizam o estudo da atividade dos cientistas enquanto atores sociais, cooperando ou rivalizando segundo modalidades particulares em instituições específicas (BOUDON, 1990). Ao se perceber que a administração universitária no Brasil, pode ser vista como um subcampo científico da administração no país, e tomando por base a abordagem sobre o campo científico de Bourdieu (1983; 2004), o objetivo central deste trabalho é o de analisar como está constituída a administração universitária enquanto campo científico no Brasil. Para alcançar esse objetivo, buscou-se mais especificamente identificar agentes do campo científico da administração universitária no Brasil; caracterizar os agentes do campo científico da administração universitária no Brasil; verificar possíveis influências das teorias administrativas nos temas de interesse do campo científico da administração universitária no Brasil; e determinar a estrutura do campo científico da administração universitária no Brasil a partir do volume de capital científico puro e institucional acumulado por seus agentes.

Nesse sentido, estruturou-se o artigo em quatro partes. Na primeira parte são apresentados os pressupostos teóricos que embasaram esta pesquisa: o conceito de campo científico de Bourdieu foi desenvolvido como categoria de análise da sociologia da ciência. Na segunda parte é apresentada a metodologia da pesquisa, com a definição das categorias de análise e os procedimentos de coleta e de análise de dados. Na terceira parte são trazidos os principais resultados da pesquisa. E na parte final algumas considerações finais e recomendações para trabalhos futuros.

2 CAMPO CIENTÍFICO

Nesta seção é apresentado o conceito de campo científico desenvolvido por Pierre Bourdieu, contextualizando-o como categoria de análise da sociologia da ciência. Também se discute alguns elementos que constituem a ideia de campo científico defendida pelo autor, quais sejam: capital científico, tipos de capital científico, formas de acumulação e transmissão do capital científico, estrutura e desigualdade do campo científico, autonomia, agentes e tipos de agentes.

Na sequência, trata-se do campo científico da administração, apontando características deste campo bem como de alguns de seus agentes. Por fim, procura-se situar o campo científico da administração universitária como um subcampo do campo científico da administração no Brasil, como estratégia para desvendar aquele campo.

2.1 SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA

De acordo com Martin (2001), a ciência passou longo período ao largo do campo dos trabalhos sociológicos. A partir dos trabalhos de Robert K. Merton, a ciência até então analisada a partir de um olhar exterior, em que busca entender os seus efeitos sobre a sociedade, passa a constituir em si mesma o ponto de partida para a análise (ÁVILA, 1998). Para Merton (1979), a sociedade passa a pressionar a comunidade científica não mais apenas a “estar” na sociedade, mas a “fazer parte” dela, mostrar e justificar como pode ser útil. O autor identifica que a situação de “isolamento” da ciência, passa a sofrer abalos quando a sociedade

passa a confrontá-la quanto às consequências de suas descobertas⁴. Assim, é que Merton (1979) alerta:

Uma instituição que sofre ataques tem que examinar de novo seus fundamentos, revisar seus objetivos, buscar sua explicação racional. As crises convidam à autocrítica. Agora que têm que enfrentar ameaças ao seu modo de vida, os intelectuais foram lançados a um estado de aguda conscientização: consciência da própria personalidade como elemento integrante da sociedade, e das obrigações e interesses correspondentes (MERTON, 1979, p. 38).

A instituição a que Merton (1979) faz referência é a ciência, sendo que a autocrítica e a tomada de consciência mencionada, podem ser feitas, segundo o autor, por meio da sociologia da ciência, especificamente com a busca pela resposta a dois tipos de questões: (1) os modos de funcionamento e de organização do espaço científico, e (2) a influência do contexto de produção sobre os conhecimentos científicos.

Para responder a essas questões, Merton (1979) busca examinar os costumes que circundam os métodos da ciência e não os métodos em si. É o que este autor vai chamar de *ethos* da ciência moderna, ou seja, os princípios morais e éticos que guiam os trabalhos de todos os cientistas. Para Merton (1979), o respeito a esses princípios é o que garante à comunidade científica sua autonomia defronte aos interesses políticos ou econômicos (MARTIN, 2001). Na medida em que eles são confrontados, o *ethos* passa a sofrer tensões. Este *ethos* compreende quatro passos ou normas: o universalismo, o comunismo, o desinteresse e o ceticismo organizado.

O *universalismo* está ligado a critérios impessoais, internacionais e virtualmente anônimos da ciência: “restringir as carreiras científicas por outros motivos que a falta de competência é prejudicar a promoção do saber” (MERTON, 1979, p. 44). O *comunismo* tem haver com o caráter socialmente colaborativo da ciência, ou seja, com a obrigação moral do compartilhamento da ciência⁵. O *desinteresse* está relacionado à paixão do cientista pelo saber, desprovido de interesses privados. Assim, interessa ao cientista, antes de tudo a busca pelo saber, submetida aos rigores da própria comunidade científica. Para Merton (1979, p. 50), o uso de meios ilícitos – cultismo, camarilhas informais, publicações prolíficas, mas banais – na ciência para atender a outros interesses (por exemplo, promoção pessoal), acaba esbarrando “na necessidade que os cientistas têm, mais cedo ou mais tarde, de prestar contas perante os seus colegas”. O *ceticismo organizado*, por fim, tem a ver com a “suspensão do julgamento, até que ‘os fatos estejam à mão’, e o exame imparcial das crenças, de acordo com critérios empíricos e lógicos” (MERTON, 1979, p. 51). Para Martin (2001) o *ethos* científico descrito por Merton é liberal, igualitário e democrático, desde que sejam seguidas as quatro normas supracitadas. Do contrário, a ciência perde seu valor, sendo controlada por outras instituições econômicas e políticas.

Pesquisadores como Joseph Ben-David e Warren Hagstrom são alguns dos autores que dão sequência aos trabalhos de Merton sobre a sociologia da ciência (ÁVILA, 1998). O primeiro autor aborda o desenvolvimento do papel social do cientista e a evolução das formas

⁴ O autor faz menção a explosão ocorrida em Hiroshima que pôs fim à Segunda Guerra Mundial para evidenciar isso.

⁵ Com relação a esta norma é interessante ressaltar a discussão que Merton (1979) propõe quanto à incompatibilidade da definição da tecnologia como “propriedade privada” numa economia capitalista. Ele mostra como os cientistas passam a sofrer pressões de um lado para que se tornem “promotores de novas empresas econômicas”, ou seja, que peçam remuneração econômica para os descobrimentos científicos, de outro, para que apoiem o socialismo, pois a mudança do sistema social resolveria o conflito.

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

de organização das instituições científicas (ÁVILA, 1998). Ben-David (1974) defende que há aspectos sociais do trabalho científico e do desenvolvimento da ciência que só podem ser explicados por meio de variáveis sociais, em oposição a um ponto de vista puramente conceitual ou da história da ciência. Fenômenos como o valor atribuído pela sociedade à ciência, o interesse por novas descobertas oposto à preservação de antigas tradições, a transmissão e a difusão de conhecimento científico, a organização da pesquisa, bem como a utilização da ciência ou da atividade científica só podem ser explicados enquanto variáveis sociais de análise.

Assim, Ben-David (1974) baseia seu trabalho num método que denomina de sociologia institucional da atividade científica que:

Liga a ciência a variáveis que são dadas, pelo menos do ponto de vista dos cientistas considerados individualmente; como exemplos de tais variáveis é possível citar a definição dos papéis dos cientistas em diferentes países, o tamanho e a estrutura das organizações científicas, bem como diferentes aspectos da economia, do sistema político, da religião e da ideologia (BEN-DAVID, 1974, p. 12).

Para Dias (2006), o argumento central do autor é refutar a ideia de que o desenvolvimento da ciência representa um processo completamente descasado de culturas, valores e variáveis de natureza social. No entendimento de Schwartzman (1987, p. 68) “a principal contribuição de Ben-David à sociologia da ciência são seus estudos históricos sobre as universidades e o contexto cultural, político e institucional do surgimento e das transformações da ciência moderna”.

Hagstrom (1979) vai dar maior ênfase às lógicas de estruturação das comunidades científicas e da especificidade do sistema de recompensas (ÁVILA, 1998). Quanto à estruturação das comunidades científicas, na mesma linha de Merton (1979), Hagstrom (1979) dirá que é a sociedade que faz com que a ciência, enquanto comunidades se coloquem a refletir sobre seu próprio comportamento:

Podemos então concluir que a socialização dos cientistas tem de ser suplementada por um sistema social dinâmico de controle, que mantenha os valores e a eficácia da ciência. Argumentos negativos são satisfatórios; a melhor razão para estudar o controle social na ciência reside no fato de que ela leva à descoberta das tensões características da comunidade científica, e esse esforço dá sentido a muitas variantes de comportamento científico que doutro modo não seriam notadas ou seriam só qualificadas como idiosincrasias e como consequência de personalidades aberrantes (HAGSTROM, 1979, p. 86).

Ou seja, o autor parece defender, conforme Bourdieu (1983; 2004) mais tarde constatará, que a autonomia da ciência é relativa e que, portanto, pode e é influenciada pela sociedade em que está inserida, sendo o controle social exercido por ela o ponto de partida para que a comunidade científica reflita sobre si própria. Nesse sentido, ele próprio se põe a refletir sobre esse tema, ao tratar de como a organização da ciência se dá a partir de um sistema de troca de informações por reconhecimento social (HAGSTROM, 1979). Para este autor,

O desejo de obter reconhecimento leva os cientistas a publicar os seus resultados [...] a conformar-se com as normas científicas, contribuindo com as suas descobertas para toda a comunidade [...] também influencia a sua seleção de problemas e métodos. Ele tenderá a selecionar problemas cuja solução der maior

reconhecimento, e tenderá a selecionar métodos que tornem o seu trabalho aceitável pelos seus colegas métodos (HAGSTROM, 1979, p. 92-93).

Martin (2001) ao abordar os trabalhos de autores que deram sequência ao trabalho de Merton, como foi o caso de Hagstrom, mostra que eles examinam a ciência como um sistema de trocas, onde, semelhante ao mercado econômico, há uma busca constante por bens que possam ser trocados. Outro ponto de convergência entre os autores está na competição atribuída aos cientistas: tal como os empresários lutam para manterem-se no mercado econômico, eles também terão de competir para viver no campo científico (MARTIN, 2001). Porém, a natureza destes bens difere entre si nos espaços econômico e científico: enquanto no primeiro trocam-se produtos e serviços, no espaço científico os bens trocados são o conhecimento e o reconhecimento (MARTIN, 2001).

Há, portanto, uma busca por conhecimento e reconhecimento que são obtidos a partir de citações, prêmios, títulos, bolsas e promoções. Quanto mais se obtém, mais se é reconhecido, e, na medida em que a obtenção deste reconhecimento é rara há uma competição entre os pesquisadores para obtê-lo ou mantê-lo (MARTIN, 2001). Para o autor, é esta disputa que constituirá o motor da ciência e de suas descobertas e é pegando o essencial dessa ideia que o sociólogo Pierre Bourdieu verá igualmente o espaço científico como um espaço dominado pelas regras do mercado e da competição (MARTIN, 2001). Na seção seguinte, apresenta-se como Pierre Bourdieu explica o espaço científico a partir de seu conceito de campo científico.

2.2 CAMPO CIENTÍFICO EM BOURDIEU

É com base na ideia do espaço científico como um sistema de trocas que Pierre Bourdieu vai desenvolver seus estudos. Porém, ao contrário de Merton e Hagstrom, Bourdieu (1983) utiliza o conceito de campo científico em substituição ao de comunidade científica, empregada por aqueles (ÁVILA, 1997). Bourdieu em *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*, conferência e debate organizados pelo grupo francês *Sciences en Questions* do Instituto Nacional de Pesquisa Agronômica de Paris – INRA, em 1997, retoma⁶, de forma bastante esclarecedora, o conceito de campo científico.

Antes de defini-lo, no entanto, explica a gênese da noção de campo. Lembra que todas as produções culturais, a filosofia, a história, a ciência, a arte, a literatura entre outras são objetos de análise com pretensões científicas (BOURDIEU, 2004). Verifica-se, segundo ele, que existe uma história da literatura, da arte, da filosofia... E que em todos esses campos há uma oposição e um antagonismo: de um lado estariam aqueles que defendem que para se entender a literatura, a arte ou a filosofia, bastaria a leitura dos textos que falam sobre tais⁷. De outro lado, estariam aqueles que acreditam que ao texto deve estar relacionado um contexto, sendo que aquele deve ser interpretado à luz do que ocorre no mundo social ou no mundo econômico⁸.

⁶Na década de 1970, nos artigos *A especificidade do campo científico e as condições sociais do progresso da razão* e *O campo científico* trouxe pela primeira vez esses conceitos (BOURDIEU, 2004).

⁷Bourdieu se refere a estes tipos de interpretações como “internalistas” ou “internas” (BOURDIEU, 2004, p. 19).

⁸Bourdieu se refere a estes tipos de interpretações como “externalistas” ou “externas” (BOURDIEU, 2004, p. 19).

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

Sendo a ciência também uma produção cultural, este antagonismo também está presente quando se verifica que há uma oposição a uma tradição de história da ciência⁹ que “descreve o processo de perpetuação da ciência como uma espécie de partenogênese, a ciência engendrando-se a si própria, fora de qualquer intervenção do mundo social” (BORDIEU, 2004, p. 20). Buscando uma alternativa¹⁰ a esta tradição, porém não se alinhando simplesmente a ideia de apenas relacionar o conteúdo textual ao contexto social, Bourdieu elabora a noção de campo. Afirma que entre o texto e o contexto, há um universo intermediário o qual denomina campo “no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem”, por exemplo: a arte (campo artístico), a literatura (campo literário) ou a ciência (campo científico) (BOURDIEU, 2004, p. 20). A noção de campo é, portanto, uma:

Recusa à alternativa da interpretação interna e da explicação externa, perante a qual se achavam colocadas todas as ciências das obras culturais, ciências religiosas, história da arte ou história literária: nestas matérias, a oposição entre um formalismo nascido da teorização de uma arte que chegara a um alto grau de autonomia e um reducionismo empenhado em relacionar diretamente as formas artísticas com formas sociais (...) encobria o que as duas correntes tinham em comum, a saber, o fato de ignorarem o campo de produção como espaço social de relações objetivas (BOURDIEU, 2007, p. 64).

Esse universo, denominado campo, “é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais” que serão mais ou menos específicas dependendo do quanto este espaço é mais ou menos autônomo (BOURDIEU, 2004, p. 20). A autonomia é, pois, um conceito central na discussão que Bourdieu faz sobre o campo científico. Para ele o campo científico é um microcosmo que da mesma forma que o macrocosmo é submetido a leis sociais, que, no entanto não são as mesmas deste, mas são leis próprias, específicas. A especificidade dessas leis, ou o grau em que essas leis são independentes ou pouco influenciadas pelo macrocosmo é que vão definir o quanto o campo científico é mais ou menos autônomo. Afirma Bourdieu (2004, p. 22): “dizemos que quanto mais autônomo for um campo, maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente, de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis. O grau de autonomia de um campo tem por indicador principal seu poder de refração, de retradução”. Em contrapartida, a heteronomia de um campo “manifesta-se essencialmente, pelo fato de que os problemas exteriores, em especial os problemas políticos, aí se exprimem diretamente” (BOURDIEU, 2004, p. 22).

Em relação à ideia de autonomia do campo científico é necessário mencionar uma observação importante feita por Bourdieu:

É preciso escapar à alternativa da ciência pura, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da ‘ciência escrava’, sujeita a todas as demandas político-econômicas. O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve. De fato, as pressões externas, sejam de que natureza forem, só se exercem por intermédio do campo, são mediatizadas pela lógica do campo (BOURDIEU, 2004, p. 21).

⁹ Tradição esta condenada por Ben-David (1974), conforme visto na seção anterior.

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

Sendo um mundo social, e tendo leis sociais próprias o campo científico é um campo de forças e um campo de lutas para alterar ou transformar esse campo de forças (BOURDIEU, 2004). Essas lutas se dão entre os agentes, que são aqueles que criam os espaços para estas lutas por meios das relações objetivas que estabelecem entre si (BOURDIEU, 2004). E é a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes que são os princípios do campo científico. É essa estrutura que determina o que os agentes podem ou não fazer. Ou em outros termos, é a posição que os agentes ocupam nesta estrutura que determina suas tomadas de posição (BOURDIEU, 2004). Nesse sentido, Bourdieu (1983, p. 122) assinala o campo científico como:

Sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores) é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado.

Assim, os interesses específicos dos pesquisadores vão ao encontro dos métodos e das teorias que lhe permitam ocupar de forma legítima a posição dominante em um campo específico (BOURDIEU, 1983). Em outras palavras, o campo científico pode ser entendido como um espaço em que agentes ou instituições ocupam uma posição adquirida em disputas históricas para obter a autoridade científica. Essa “posição adquirida”, diz Bourdieu (1983), se dá em função dos julgamentos sobre a capacidade científica do agente, a qual pode ser medida por sua capacidade técnica, por seu poder social e por sua competência científica.

A posição hierárquica obtida pelo agente no campo se dá, portanto, em função do quanto ele consegue impor sua autoridade científica, “espécie particular de capital social que assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo e que pode ser reconvertido em outras espécies de capital” (BOURDIEU, 1983, p. 127). É o acúmulo dessas espécies de capital que permitirá ao agente ocupar uma determinada posição no campo. Cabe destacar que o capital do qual se está falando aqui é um tipo de capital específico ao campo científico, pois para Bourdieu cada campo é um espaço de lutas pelo acúmulo de um tipo específico de capital. Assim como no campo econômico existe um tipo de capital específico (o capital econômico), no campo científico há também um tipo de capital específico, mais precisamente uma “espécie particular de capital simbólico (o qual é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico” (BOURDIEU, 2004, p. 26).

Nesse sentido, a carreira científica bem-sucedida torna-se um processo contínuo de acumulação (de reconhecimento, de reputação, de visibilidade, de prestígio, de credibilidade, etc.) e aqueles que conseguem acumular capital científico são diferenciados pela posição que ocupam, pelo prestígio e credibilidade adquirida no campo (BOURDIEU, 1983). Em outros termos, “os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço” (BOURDIEU, 2004, p. 24).

Bourdieu (2004) identifica duas espécies de capital científico correspondentes a duas formas de poder que existem em todos os campos: o poder temporal, também denominado político, institucional e institucionalizado e o poder específico. O poder temporal está relacionado às posições ocupadas pelos agentes nas instituições científicas, direção de

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

laboratórios ou departamentos, pertencimento a comissões, comitês de avaliação, bancas de concursos, entre outras, além do “poder sobre os meios de produção (contratos, créditos, postos, etc.) e de reprodução (poder de nomear e de fazer carreiras) que ela assegura” (BOURDIEU, 2004, p. 35).

O poder específico, por outro lado, está ligado a um prestígio pessoal do agente que é relativamente independente do poder temporal, e que está baseado quase que exclusivamente sobre o reconhecimento do conjunto de pares ou de uma “fração consagrada dentre eles” (BOURDIEU, 2004, P. 35). Esta forma de poder dá origem a uma espécie de capital científico que está ligada ao reconhecimento pelos pares, é pouco institucionalizada e encontra-se aberta à contestação (SHINN, RAGOUET, 2008). Quando faz menção a esta forma de poder, Bourdieu cita o caso dos “colégios invisíveis”, expressão cunhada no século XVII pelo cientista inglês Robert Boyle, que pode ser entendida como um grupo de pesquisadores que se relacionavam entre si no apesar de trabalharem em instituições distintas, sendo que essas relações se baseavam na troca de informações e conhecimentos, isto é, sem obrigações de ordem legal ou financeira (GONÇALVES et. AL, 2011). Um exemplo mais próximo disto, hoje, seriam as comunidades virtuais existentes na internet que possibilitam a troca de informações entre pesquisadores que se interessam pelo mesmo tema e que, no entanto, não têm um vínculo formal, não se conhecem pessoalmente, estão distantes geograficamente, mas ao mesmo tempo compartilham ideias comuns. Assim, o capital científico assume duas espécies dependendo da forma de poder com o qual está relacionado: o capital científico institucionalizado, quando estiver baseado no poder temporal; e o capital científico puro, quando o poder que lhe servir de base for o específico (BOURDIEU, 2004).

Shinn e Ragouet (2008) lembram que quando trabalhou a ideia de campo científico pela primeira vez, no artigo *La spécificité du champs scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison*, em 1975, Bourdieu não fez menção à espécie de capital científico, mas simplesmente a uma espécie única. Porém, quando mais tarde trabalha estas duas espécies de capital científico, como o faz em *Os usos sociais da ciência*, por exemplo, não só menciona a existência dessas duas espécies, como mostra que elas atestam o grau relativo de autonomia do campo científico (SHINN, RAGOUET, 2008).

Assim, Bourdieu (2004) defende que os poderes temporais que dão origem ao capital institucional far-se-ão mais presentes em campos mais heterônomos, portanto com autonomia limitada e imperfeita. Ou seja, nestes campos há maior espaço para intervenção de poderes externos ao campo (BOURDIEU, 2004). O autor explica, por exemplo, que o fato de as disciplinas científicas necessitarem de recursos econômicos em graus distintos para se manterem faz com que os detentores de um maior poder temporal “mais ou menos diretamente ligados à pesquisa” poderão, pela posição que ocupam – muitas vezes controlando os recursos – “exercer sobre a pesquisa um poder que se pode chamar de tirânico (no sentido de Pascal¹¹), uma vez que não encontra seu princípio na lógica específica do campo” (BOURDIEU, 2004, p. 41). Em outros termos, “quanto mais os campos são heterônomos, maior é a defasagem entre a estrutura de distribuição no campo dos poderes não-específicos (políticos); por um lado, e por outro, a estrutura da distribuição dos poderes específicos – o reconhecimento, o prestígio científico” (BOURDIEU, 2004, p. 41-42). Com base em Bourdieu, Shinn e Ragouet (2008, p. 127) afirmam que:

¹¹Cabe aqui um esclarecimento sobre o que seria este poder tirânico no “sentido de Pascal” o qual Bourdieu faz referência. Pondé (2001, p. 224) explica que “para Pascal, tirania não é sinônimo conceitual de arbitrariedade: como exercício do poder ‘fora de sua ordem’, tirânico seria, por exemplo, o rei querer decidir sobre “verdades científicas”, ou controlar crenças e não somente hábitos”.

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

De imediato, a autonomia relativa de um campo será função do grau de diferenciação da hierarquia segundo a distribuição do capital científico e hierarquia segundo a distribuição do capital temporal. Quanto mais essas hierarquias se confundem, mais a avaliação científica das contribuições é contaminada por critérios propriamente ligados ao conhecimento da posição social dos indivíduos.

Essa “confusão” entre as hierarquias é comum, pois como Bourdieu (2004) destaca a autonomia de um campo em relação aos poderes externos nunca é total na medida em que é um espaço onde residem dois princípios de dominação: um institucional e outro específico. Isto faz com que o campo científico seja caracterizado por uma “ambiguidade estrutural” em que “os conflitos intelectuais são também, sempre, de algum aspecto, conflitos de poder” (BOURDIEU, 2004, p. 41). Assim, para Bourdieu (2004) o progresso da cientificidade em um determinado campo, está relacionado à criação de condições práticas para progredir sua autonomia. Essas condições estão relacionadas, por exemplo: à criação de barreiras à entrada no campo, impedindo o uso de armas não-específicas (externas ao campo), “favorecendo formas reguladas de competição, somente submetidas às imposições da coerência lógica e da verificação experimental” (BOURDIEU, 2004, p. 43).

O grau de autonomia de um campo científico é, portanto, fortemente influenciada pelo peso relativo das espécies de capital científico na estrutura do campo científico. Nesse sentido, cabe destacar as formas de acúmulo e de transmissão das espécies de capital científico.

2.2.1 Formas de acúmulo e de transmissão de capital científico

Bourdieu (2004) explica que para cada espécie de capital científico existem leis de acumulação próprias. No caso do capital científico institucionalizado, o acúmulo se dá por meio de estratégias políticas e institucionais, como por exemplo, as participações em comissões; em bancas de dissertações, teses e concursos; em eventos científicos, em cerimônias, em reuniões, etc.

Em relação ao capital científico puro, sua acumulação se dá, principalmente, pelas “contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, as invenções ou as descobertas (as publicações, especialmente nos órgãos mais seletivos e mais prestigiosos, portanto aptos a conferir prestígio à moda de bancos de crédito simbólico, são o melhor indício)” (BOURDIEU, 2004, p. 36). No caso do Brasil, poderia se mencionar o caso das publicações em periódicos classificados como “A” pelo conjunto de procedimentos utilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação, denominado *Qualis*.

Bourdieu (2004, p. 36) assinala o acúmulo de capital científico puro como a forma “mais específica e mais legítima do capital científico”. Isso fica evidenciado ao afirmar que encontra dificuldade em dizer se a acumulação de capital científico institucional pode ser considerada o “princípio (a título de compensação) ou o resultado de um menor êxito na acumulação” (BOURDIEU, 2004, p. 36) da outra espécie de capital científico.

Além de existirem diferenças na forma de acúmulo entre as duas espécies de capital científico, há também diferenças no que diz respeito as suas formas de transmissão, isto é, na forma como este capital poderá ser repassado a outros agentes do campo. Considerando, a título de comparação, as formas de transmissão que ocorrem, por exemplo, no campo econômico, em que um agente detentor de bens poderia repassá-los a terceiros por meio de vendas, trocas, doações, empréstimos entre outras... Como se daria a transmissão das duas espécies de capital científico no campo científico?

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

Bourdieu (2004) explica que a transmissão do capital científico puro (em virtude de pertencer ao pesquisador quase de forma intrínseca, em função de suas características pessoais) ocorre de forma extremamente difícil se comparada à transmissão do capital científico institucional. O prestígio e o reconhecimento, por exemplo, não são atributos que simplesmente se transmitem, eles precisam ser conquistados e legitimados. Em outras palavras, a transmissão só se dá na medida em que os pares a legitimarem. Vale lembrar que a capacidade de inovação é uma das qualidades inerentes ao pesquisador que detém capital científico puro. Como transmitir esta capacidade de inovar?

Bourdieu (2004) mostra, que embora difícil, há possibilidade de transmissão de uma parte mais formalizada da competência científica do pesquisador, o que, no entanto leva tempo. A colaboração entre o pesquisador de prestígio e seus seguidores, seja por meio da formação destes por aquele, seja por meio de publicações em conjunto, recomendações a outras instâncias de consagração, entre outras seriam formas possíveis desta transmissão.

Em contraponto, a transmissão do capital científico institucional ocorre de forma mais fácil, pois as regras de transmissão correspondem às mesmas de qualquer outra espécie de capital burocrático (BOURDIEU, 2004). Assim, por exemplo, podem-se citar os casos em que as posições ocupadas por um pesquisador em uma instituição são repassadas, seja pela vontade do próprio - *agora é com você!* - ou “respeitando”¹² as normas pré-estabelecidas: eleições, concursos, etc. Assim, o poder institucional é transmitido segundo a lógica da nomeação burocrática e com ele o capital científico correspondente.

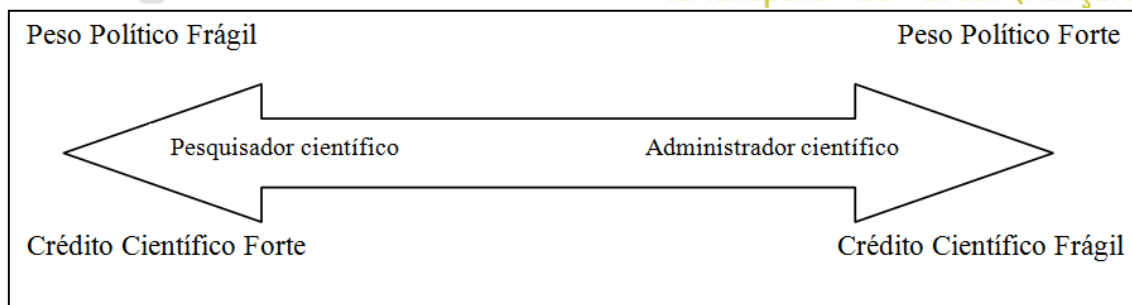
Reconhecendo a dificuldade prática do acúmulo das duas espécies de capital científico, Bourdieu (2004, p. 38) afirma que os pesquisadores podem ser caracterizados “pela estrutura de seu capital científico ou, mais precisamente, pelo peso relativo de seu capital ‘puro’ e de seu capital ‘institucional’”. Este peso relativo é dado por uma espécie de *continuum* que coloca num extremo oposto os que detêm um maior peso político e um frágil crédito científico, os quais Bourdieu (2004, p. 38) vai denominar de “administradores científicos”; e no outro, os que possuem um frágil peso político e um forte crédito científico, que serão denominados para fins deste trabalho de “pesquisadores científicos”. A Figura 1 ilustra este *continuum* e mostra num extremo os “administradores científicos”, e no outro os “pesquisadores científicos”.

Figura 1: *Continuum* do peso relativo do capital puro e institucional do pesquisador.

¹²Bourdieu (2004, p. 37) ressalta que a transmissão do capital científico institucional pode “assumir a aparência de uma ‘eleição pura’, por exemplo, por meio de concursos que podem, de fato, estar muito próximos dos concursos de recrutamento burocrático, no qual a definição do posto está, de algum modo, pré-ajustada à medida do candidato”.

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)



Fonte: elaborado pelo autor com base em Bourdieu (2004).

A posição ocupada pelo pesquisador neste *continuum* pode variar influenciada tanto pelo acúmulo (inclusive por meio de transmissão) das espécies de capital científico. Assim, é possível que haja até mesmo a conversão de um “pesquisador científico” em “administrador científico” e vice-versa. Bourdieu (2004) chama a atenção para o fato de que a conversão do capital institucional em poder científico é mais fácil e rápida que a conversão do capital puro em poder político ou mesmo econômico. Esta hipótese foi comprovada por trabalho recente realizado por Teixeira et al. (2012) ao analisarem a distribuição de capital científico entre docentes de um programa de pós-graduação em administração de Minas Gerais.

Shinn e Ragouet (2008, p. 127) resumem as possibilidades de conversão de um capital científico em outro da seguinte forma: “o capital científico pode, com o tempo, permitir a obtenção de créditos econômicos e políticos, mas é mais frequente ver agentes dotados de um capital temporal elevado obterem capital científico sem investir fortemente na produção científica”. Isso ocorre porque aqueles que acumulam capital institucional, por meio de seu poder político conseguem influenciar as esferas de produção e reprodução da ortodoxia contra a inovação. Por exemplo, o pesquisador que participa de comissões, bancas de concursos, entre outros consegue influenciar na manutenção da ordem científica estabelecida naquele momento. Assim, suas decisões serão baseadas nos preceitos que lhe assegurarem a posição ocupada na estrutura do campo científico, dificultando a abertura a inovações que lhe possam tirar o posto.

Por outro lado, o pesquisador que acumula forte crédito científico junto aos pares, principalmente o inovador, precisa passar por duras provações até que consiga obter poder político. Isso ocorre porque o inovador ameaça a ordem científica, e, conseqüentemente a posição daqueles que já se encontram no campo, pois eles trabalham para mantê-la. Ou seja, ao exercer o poder político o inovador poderá fazê-lo contra os interesses daqueles que já o detém. Assim, é que se criam dificuldades – ainda que sutis – para que o detentor de poder científico obtenha também poder político.

Subjacente a busca por este acúmulo de capital científico seja ele puro ou institucional, está uma luta entre os agentes do campo para impor uma definição de ciência que mais esteja de acordo com seus interesses específicos (BOURDIEU, 1983). A definição mais apropriada de ciência será “a que lhe permita ocupar legitimamente a posição dominante e a que assegure, aos talentos científicos de que ele é detentor a título pessoal ou institucional, a mais alta posição na hierarquia dos valores científicos” (BOURDIEU, 1983, p. 128).

2.2.2 Campo científico: um espaço de lutas

O acúmulo de capital científico, resultante de lutas entre os agentes do campo, proporciona, assim, que o pesquisador ocupe uma posição na hierarquia do campo científico em que ele está inserido. Segundo Lahire (2002, p. 48) “a distribuição desigual do capital

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

determina a estrutura do campo, que é, portanto, definida pelo estado de uma relação de força histórica entre as forças (agentes, instituições) em presença no campo”. A hierarquia existente no campo faz com que os agentes sejam colocados em posições contrárias, dando espaço para aquilo que Bourdieu (1983) vai denominar de “luta científica”.

O campo científico é sempre o lugar de uma *luta, mais ou menos desigual*, entre agentes desigualmente dotados de capital específico (...). Em todo campo se põem, com *forças mais ou menos desiguais*, segundo a estrutura de distribuição do capital no campo (grau de homogeneidade), os dominantes, ocupando as posições mais altas na estrutura de distribuição de capital científico, e os dominados, isto é, os novatos, que possuem um capital científico tanto mais importante quanto maior a importância dos recursos científicos acumulados (BOURDIEU, 1983, p. 136-137).

Nesta luta, os vencedores são aqueles que dominam o campo a ponto de “impor uma definição da ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem” (BOURDIEU, 1983, p. 128). Assim, o que é considerado científico no campo é justamente o que determinam aqueles que dominam o campo. Vale lembrar o que diz Stengers (1990, p. 79-80) quando afirma que a questão da cientificidade é prática e designa sempre uma coletividade, pois “não é de um cientista, mas de uma coletividade que depende a resposta a essa questão” (isso é científico?). Similarmente, pode-se comparar essa ideia da definição de “o que é científico” com a definição de Bourdieu (2005) para “o que é uma obra de arte”:

Sendo dado que a obra de arte só existe enquanto objeto simbólico dotado de valor se é conhecida e reconhecida, ou seja, socialmente instituída como obra de arte por espectadores dotados da disposição e da competência estéticas necessárias para conhecer e reconhecer como tal, a ciência das obras tem por objeto não apenas a produção material da obra, mas também a produção do valor da obra ou, o que dá no mesmo, da crença no valor da obra (BOURDIEU, 2005, p. 258).

Nesse sentido, com o objetivo de garantir o acúmulo de capital científico e a posição de destaque no campo, há os dominantes que contam com estratégias de conservação (perpetuação da ordem científica estabelecida com a qual compactuam) para se manterem no poder. Em oposição, estão os dominados, ou novatos, atuando com estratégias de sucessão (“que realizam o ideal oficial da excelência científica pelo preço de inovações circunscritas aos limites autorizados”) ou de subversão (os que buscam uma “redefinição completa dos princípios de legitimação da dominação”) (BOURDIEU, 1983, p. 138).

Vale destacar que essa “ordem científica” que os dominantes buscam impor e que os novatos podem querer manter ou se contrapor não se reduz à “ciência oficial” que Bourdieu (1983, p. 137) define como:

Conjunto de recursos científicos herdados do passado que existem no *estado objetivado* sob forma de instrumentos, obras, instituições, etc., e no *estado incorporado* sob forma de hábitos científicos, sistemas de esquemas gerados de percepção, de apreciação e de ação, que são o produto de uma forma específica de ação pedagógica e que tornam possível a escolha dos objetos, a solução de problemas e a avaliação das soluções.

A “ordem científica” engloba também as instâncias especificamente encarregadas da consagração da ciência oficial (academias, prêmios, sistemas de ensino, etc.) e as revistas científicas cujos critérios de seleção consagram produções que vão ao encontro dos princípios

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

da ciência oficial, “oferecendo, assim, continuamente, o exemplo do que merece o nome de ciências, e exercendo uma censura de fato sobre as produções heréticas, seja rejeitando-as expressamente ou desencorajando simplesmente a intenção de publicar pela definição do publicável que eles propõem” (BOURDIEU, 1983, p. 138).

Assim, um campo científico é formado por dois tipos de agentes. De um lado estão aqueles que querem manter seu *status quo* o que significa difundir suas concepções de ciência, e os meios para fazer a ciência, utilizando os aportes teóricos, metodologias e abordagens que julgam mais adequados, aos que Bourdieu (1983) define como dominantes. De outro, estão os dominados, aqueles que buscam um espaço no campo, também denominados de novatos, que podem utilizar duas estratégias distintas para entrada: a estratégia de sucessão e a estratégia de subversão.

Ao optarem pela estratégia de sucessão os novatos procuram reproduzir em seus trabalhos o mesmo ideal de ciência proposto pelos dominantes, permitindo uma entrada mais “tranquila” no campo e a possibilidade de acúmulo de capital científico no curto prazo. Essa estratégia é escolhida pelo novato, pois há uma propensão maior de ser aceito no campo aqueles que pensam, agem e fazem exatamente ou de forma semelhante àquilo que os dominantes pensam, agem e fazem ou que esperam que assim seja. Sob o ponto de vista de Hagstrom (1979) a estratégia de sucessão é uma forma de o novato conseguir obter reconhecimento social de seus pares. Segundo Bourdieu (1983, p. 138), para os novatos as estratégias de sucessão são “próprias para lhes assegurar, ao término de uma carreira previsível, os lucros prometidos aos que realizam o ideal oficial da excelência científica pelo preço de inovações circunscritas aos limites autorizados”. Assim, toda a “invenção” trazida por este novato, é na verdade:

Uma arte de inventar já inventada, que, resolvendo os problemas suscetíveis de serem colocados nos limites da problemática estabelecida pela aplicação de métodos garantidos (ou trabalhando para salvaguardar os princípios contra as contestações heréticas), tende a fazer esquecer que ela só resolve os problemas que pode colocar ou só coloca os problemas que pode resolver (BOURDIEU, 1983, p. 139).

Há, por outro lado, o novato que se utiliza de estratégias de subversão para tentar entrar no campo, optando por confrontar a sua suposta harmonia. Com aportes teóricos, metodológicos e de abordagem que se contrapõem aos instituídos optam por desafiar a “ordem” estabelecida no campo. Como consequência do uso desta estratégia, há uma probabilidade maior de que o acúmulo de capital científico venha mais tarde. Conforme Bourdieu (1983, p. 138) “os novatos que recusam as carreiras traçadas só poderão ‘vencer os dominantes em seu próprio jogo’ se empenharem um suplemento de investimentos propriamente científicos sem poder esperar lucros importantes, pelo menos em curto prazo, posto que eles têm contra si toda a lógica do sistema”. Em contraponto à adoção de estratégias de sucessão, os novatos que contam com estratégias de subversão se deparam com “investimentos infinitamente mais custosos e arriscados que só podem assegurar os lucros prometidos aos detentores do monopólio da legitimidade científica em troca de uma redefinição completa dos princípios de legitimação da dominação” (BOURDIEU, 1983, p. 138). O que os novatos subversivos pretendem é estabelecer uma ordem científica herética, não reconhecendo outra coisa que não o princípio da legitimação que pretendem impor. Como heréticos,

Não aceitam entrar no ciclo das *trocas de reconhecimento* que assegura a transmissão regularizada da autoridade científica entre os detentores e os

pretendentes, (...) recusando todas as cauções e garantias que a antiga ordem oferece, recusando a participação (progressiva) ao capital coletivamente garantido que se realiza segundo procedimentos regulados de um dos contratos de delegação, eles realizam a acumulação inicial através de um golpe de força, por uma ruptura desviando em proveito próprio o crédito de que se beneficiavam os antigos dominantes, sem conceder-lhes a contrapartida do reconhecimento que lhes oferecem aqueles que aceitam se inserir na continuidade de uma linhagem (BOURDIEU, 1983, p. 139).

Vale destacar que para Bourdieu (1983), quanto menor a autonomia do campo, maior a propensão das estratégias de conservação ou subversão serem dependentes das disposições em relação à ordem estabelecida. Ou seja, quanto menor a autonomia do campo mais os novatos levarão em conta as consequências - sociais, políticas, econômicas, etc. - da adoção de uma estratégia conservadora ou subversiva no momento de optar por uma ou outra. Afinal, quanto mais heterônimo o campo, mais o poder institucional se estabelece como o mais importante, e, conseqüentemente, mais a busca por este poder será preponderante na escolha por qual estratégia adotar.

Para ilustrar o quanto a autonomia (ou heteronomia) do campo científico influencia na estratégia adotada pelo novato, Bourdieu (1983) cita um trabalho¹³ do sociólogo americano Lewis Samuel Feuer em que este analisa as raízes sociais da teoria da relatividade de Einstein. Em outras palavras, Feuer analisa o terreno que favoreceu Einstein a romper com a ordem científica estabelecida no campo da física. Ele mostra que Einstein pertencia a um grupo de estudantes judeus inconformados com a ordem científica estabelecida:

Einstein foi apoiado por um estranho pequeno círculo de jovens intelectuais, cheios de sentimentos de revolta social e científica própria de sua geração e que formavam uma contra comunidade científica fora da instituição oficial, um grupo de boêmios cosmopolitas levados, nesses tempos revolucionários, a considerar o mundo de uma maneira nova (FEUER apud BOURDIEU, 1983, p. 140).

Assim, para Bourdieu (1983) Feuer sugere que rompimentos com a ordem estabelecida tornam-se mais difíceis de ocorrer na medida em que aos potenciais pesquisadores (como os recém formados advindos de instituições de pesquisa prestigiadas) é facilitado – e isso ocorre de forma rápida – o acesso às responsabilidades administrativas. Como consequência, tem-se que os pesquisadores novatos são desencorajados a romper com a ordem estabelecida, visto que seu esforço está menos disponível para rupturas, preferindo a conservação em detrimento da subversão. Do contrário, o terreno fértil para os rompimentos com os *modos convenientes de se portar* no campo tende a ser encontrado com mais facilidade entre o grupo de pesquisadores que estão à margem da ocupação de posições institucionais.

O campo científico é, portanto, um espaço de lutas entre dominantes – aqueles que conseguem impor sua forma de fazer, pensar e agir cientificamente – e dominados – os agentes que lutam junto (por meio de estratégias de sucessão) ou contra (por meio de estratégias de subversão) na busca pelo acúmulo de capital científico.

2.2.3 Agentes Socialmente Dominantes X Agentes Cientificamente Dominantes

¹³O trabalho é referenciado por Bourdieu (1983, p. 140): FEUER, L. S. *The social roots of Einstein's theory of relativity*. *Annals of Science*, v. 27, n. 3, set. 1971, p. 278-98 e n. 4, dez. 1971, p. 313-44.

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

Bourdieu (2004), ao fazer uma análise do Instituto Nacional de Pesquisa Agrônômica – INRA de Paris como um campo mostra que a concepção do que seja um agente dominante pode variar em função do ponto de vista em que se está analisando determinado agente e de que campo se está falando. Ou seja, um agente poderá ser ao mesmo tempo dominante e dominado, dependendo do campo em que se está situando tal agente. O autor exemplifica tal situação retratando o caso dos pesquisadores “aplicados” e dos pesquisadores “básicos” da área de agronomia.

Os pesquisadores “aplicados”, ou “praticantes clínicos”, oriundos da Escola de Agronomia¹⁴, seriam aqueles cuja pesquisa estaria mais voltada, segundo Bourdieu (2004, p. 50-51) para:

- a comprovação de saberes científicos e técnicos já experimentados;
- a verificação ou a vulgarização de conhecimentos estabelecidos;
- a pesquisa de curto prazo;
- as pesquisas desenvolvidas em colaboração com os produtores (por exemplo, pequenos camponeses) e que visam resolver rapidamente problemas práticos.

De outro lado, estariam os pesquisadores “básicos”, provenientes principalmente das Universidades, os quais se dedicam a investigações mais estritamente especializadas e sem outro objetivo imediato além do aumento de conhecimentos (BOURDIEU, 2004).

Assim, considerando-se os pesquisadores “aplicados”, estes conseguem ser dominantes em um campo em que os demais agentes legitimam a pesquisa considerada apta a resolver determinados problemas de ordem prática. Assim, é que um médico experiente, por exemplo, prestigiado pelo êxito de suas cirurgias, pelo número de pacientes que atende, pelas posições que ocupa em conselhos de classe, associações, etc., considerando o campo dos serviços de saúde, consegue impor sua autoridade científica em relação a outros agentes, menos prestigiados, por não fazerem o que ele faz ou por fazerem diferente daquilo que ele faz. Este profissional torna-se dominante neste campo porque consegue resolver os problemas, dar a eles soluções rápidas, aplicar o conhecimento que obteve. Neste caso, o espaço destinado ao médico-pesquisador, é comparativamente menor, pois ele não pode responder rapidamente às demandas que a ele são impostas, porque interessa a ele, antes de tudo, fazer avançar o conhecimento na área. Pode-se afirmar que no campo científico da medicina, o pesquisador “aplicado” possivelmente não será dominante em relação ao pesquisador “básico”, porém ele poderá ser o dominante no campo dos serviços de saúde.

Nessa divisão entre pesquisadores “puros” e “aplicados” está intrínseca a ideia de autonomia do campo. Nos campos mais autônomos, os pesquisadores “puros” tendem a ser os agentes dominantes, pois sua pesquisa está pautada não por pressões externas ao próprio campo, mas principalmente pelo avanço do conhecimento em determinada área. Nos campos mais heterônomos, os pesquisadores “aplicados” ganham mais legitimidade, pois suas atividades são destinadas a atender demandas externas ao campo e responder a demandas que, muitas vezes inexistentes, tornariam impossível a própria existência do campo. Nesse sentido, quanto mais “aplicada” a pesquisa, menos autônomo é o campo em que esta se desenvolve.

Decorrente dessa divisão, tomando como exemplo o campo da agronomia, Bourdieu (2004, p. 51) explica que:

Os pesquisadores “puros” compreendem bem que o reconhecimento social e o peso político (em um sentido mais amplo) que os pesquisadores “aplicados” obtêm dos

¹⁴Além das Universidades, cabe destacar que na França o ensino superior compreende as Escolas (ou Grandes Écoles) e as escolas especializadas que oferecem formações voltadas para o ensino profissionalizado de alto nível. É deste tipo de modalidade de ensino a que Bourdieu se refere aqui.

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

usuários, agricultores, membros de cooperativas ou de associações profissionais e sindicais, industriais, mas também de autoridades políticas, e dos quais testemunham suas numerosas participações em responsabilidades e poderes temporais (gabinetes ministeriais, etc.), têm por contrapartida, bem frequentemente, abdições ou demissões científicas e sobretudo renúncias à autonomia. O interesse que os indivíduos ou as instâncias externas têm pela pesquisa e seus resultados é, de fato, sempre ambíguo e de “dois gumes”, na medida em que a consideração social que traz e que pode se traduzir pelo acesso a recursos econômicos e políticos importantes, inacessíveis aos que se dedicam à pesquisa básica, tem como contrapartida uma certa pretensão dos utilizadores a avaliar e até mesmo a orientar a pesquisa.

Vale destacar que o campo científico da administração enquanto ciência social aplicada guarda relações com as características apresentadas pelo campo da agronomia quanto a sua autonomia. Chevalier e Loschak (1980, p.50) ao apontar os obstáculos epistemológicos que devem ser superados pela ciência administrativa apontam o “parasitismo ideológico” como sendo um deles, “a ciência administrativa, à semelhança de todas as ciências sociais, mantém relações ambíguas com o poder e se vê amiúde solicitada a contribuir para a legitimação da ordem existente”. Situando a ciência da administração na teoria do campo científico proposta por Bourdieu (2004) há indícios suficientes que a coloquem como sendo, portanto, uma ciência pouco autônoma. Na seção seguinte será feita uma breve descrição do campo científico da administração, considerando ser fundamental entendê-lo para que se possa desvendar o campo científico da administração universitária do qual faz parte.

2.3 CAMPO CIENTÍFICO DA ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

Em um trabalho sobre o processo do conhecimento na administração, Audet e Malouin (1986) conceituam campo como o lugar das relações entre atores humanos que pretendem produzir conhecimentos definidos ou que são reconhecidos como tal, e que estão em concorrência para obter o controle da definição das condições de produção e validação desses conhecimentos. Essas relações engendram a dinâmica do seu conteúdo (*corpus*), na medida em que produzir conhecimentos constitui a principal forma de ação pela qual os produtores tentam controlar as regras de produção e de validade do conhecimento (AUDET; MALOUIN, 1986).

Especificamente no Brasil, a produção de conhecimento em administração foi objeto de estudo de uma série de trabalhos, que analisaram tanto a produção como um todo (o campo científico da administração), quanto disciplinas específicas (como organizações, marketing, estratégia, etc.) (ROSSONI, 2006). Rossoni (2006) destaca que tais trabalhos caracterizam-se como meta-estudos, ou seja, tratam de comparar vários elementos presentes nos artigos como metodologia, referencial teórico, base epistemológica, levantando algumas conclusões sobre determinado campo do conhecimento ou disciplina. Dentre aqueles que tratam da produção do campo como um todo Rossoni (2006) destaca os de Bertero, Caldas e Wood Jr.(1998; 1999); Bulgacov e Verdu (2001); Fleury (2003); Lima (1999); Oliveira (1999); Quintella (2003); Wood Jr e Paula (2002).

Dentre esses trabalhos, o de Bertero, Caldas e Jr. (1999) pode ser destacado por deixar emergir, ainda que não tenha sido este o objetivo do trabalho, alguns dos agentes que compõem o campo científico da administração universitária no Brasil. Neste trabalho, os autores debatem especificamente sobre a produção científica em administração no Brasil até o final da década de 1990, afirmando que embora recente enquanto campo científico, a pesquisa em administração vinha crescendo, ainda que carente de qualidade. Dentre os principais

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

aspectos de que decorre a falta de qualidade apontada pelos autores estão: falhas epistemológicas dos trabalhos, deficiências metodológicas, falta de originalidade e prática, podendo ser caracterizada como mimetismo mal informado. Tais falhas foram verificadas

A partir da análise da produção brasileira, como veiculada em revistas acadêmicas, teses de mestrado e doutorado e anais do Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD), onde se registra parte substancial da produção científica de docentes e discentes de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (BERTERO, CALDAS, JR., 1999, p. 150).

Esses autores partem então para uma análise das possíveis causas desta falta de qualidade da produção científica. Iniciam situando a administração na expansão acelerada dos programas de pós-graduação no Brasil e o papel da Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES) como balizadora da qualidade em detrimento da quantidade. Como resultado mostram que a administração como campo científico esteve presente desde o início da pós-graduação no país no final da década de 1960 e início da década seguinte e que rapidamente se expandiu nos anos posteriores. Além disso, apontam que na última avaliação realizada pela CAPES naquele momento, considerando a produção científica, por meio do grau de inserção que conseguem junto à comunidade acadêmica mundial, medida através de publicações em periódicos acadêmicos de nível internacional e apresentação de trabalhos e resultados em congressos e encontros internacionais de primeiro nível, nenhum programa na área de administração atingiu o conceito máximo (BERTERO, CALDAS, JR., 1999). No restante do trabalho os autores discutem os critérios até então utilizados para avaliar as produções científicas em periódicos e apresentam uma proposta de modelo de avaliação da produção brasileira e por fim tecem considerações finais.

Assim, ao apresentarem um panorama sobre a produção científica em administração no Brasil, acabam vindo à tona instituições como a ANPAD, a CAPES e os programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração, e conseqüentemente as próprias instituições de ensino da qual fazem parte, como agentes fundamentais para que o campo científico da administração se efetivasse no Brasil.

2.3.1 Há um campo científico da administração universitária no Brasil?

O principal objetivo de até o presente momento ter-se discutido o campo científico da administração no Brasil foi justamente o de ter um caminho para responder à questão suscitada no título desta seção. Entende-se que a produção de conhecimento em administração universitária pode ser conhecida a partir do entendimento de quem são aqueles que a produzem. E em existindo os produtores, e foram constatados indicativos de que eles existem – ora, há um curso de pós-graduação em administração universitária e produção sobre o tema – então se defende a ideia de que tais produtores podem constituir um campo científico.

Defende-se assim, que um ponto de partida para que este campo científico seja desvendado pode ser estabelecido a partir do entendimento deste como um subcampo da administração, que enquanto ciência tem entre seus principais objetos de estudo as organizações, que contemplam, portanto, as organizações de educação superior. Nesse sentido, parte-se da ideia de que inicialmente os agentes desse campo são comuns: a ANPAD enquanto um dos principais locais de produção de conhecimentos do campo (e este é um pressuposto, não necessariamente uma conclusão), a CAPES como agente regulador e avaliador e os cursos de pós-graduação, programas e instituições de ensino correlatos como locais onde os agentes-pesquisadores atuam e produzem o conhecimento na área.

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

É fundamental que se esclareça que não se está aqui defendendo que o campo científico da administração universitária é e só é um subcampo da administração. Pelo contrário, é por saber que se trata de um campo que precisa ser desvendado e entendido que se partiu de um dos campos do qual ele faz parte. Não se está ignorando, por exemplo, que a área de educação seja um possível campo científico do qual ele faça parte, e há fortes indícios de que seja¹⁵. Assim, trata-se de uma escolha, um caminho e talvez não o melhor, mas o que se achou o mais viável por que se atua nele. O restante deste trabalho tem por objetivo trilhar este caminho.

3 METODOLOGIA

3.1 DEFINIÇÃO CONSTITUTIVA DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

A definição das categorias de análise tem por objetivo descrever de forma precisa como foram tratados os conceitos que guiaram a pesquisa. As categorias de análise foram definidas constitutivamente (VIEIRA, 2004) em função de auxiliarem no alcance dos objetivos de pesquisa, que por sua vez levaram a responder o problema deste trabalho. Assim, definiu-se como categorias de análise:

- **Administração Universitária:** disciplina ou campo científico que tem por objeto de estudo as organizações de educação superior e que conceitualmente pode ser definida como processo de planejar, organizar, liderar e controlar o trabalho dos membros das organizações de educação superior, e de usar todos os seus recursos disponíveis para atingir seus objetivos.
- **Teorias Administrativas:** são os trabalhos que “fazem parte de um pensamento pragmático, no sentido onde o que conta é o alcance dos resultados fixados como metas” (RUBEN, SERVA, CASTRO, 1995, p. 208), quais sejam aqueles que dizem respeito às teorias gerenciais (trabalhos que se orientam pela racionalidade com fins de rentabilidade, na trajetória iniciada por Taylor e Fayol) e às áreas funcionais (finanças, marketing, produção, recursos humanos, etc.). Além dos trabalhos que envolvem a teoria das organizações a qual “busca, sobretudo analisar, refletir e melhor compreender o espaço onde o trabalho é realizado embora não inteiramente despojado de um certo pragmatismo” (RUBEN, SERVA, CASTRO, 1995, p. 208).
- **Agentes:** são indivíduos ou instituições caracterizados pelo volume de capital científico e que determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço (BOURDIEU, 2004, p. 24).
- **Capital científico:** “espécie particular de capital simbólico (o qual é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico” (BOURDIEU, 2004, p. 26). Pode ser classificado em: puro quando o crédito é obtido em função do reconhecimento dos pares a sua contribuição ao progresso da ciência,

¹⁵ No livro O Estado da Arte em Política e Gestão da Educação no Brasil 1991-1997 (WITTMANN, GRACINDO, 2001), a “Gestão da Universidade” aparece como uma das áreas temáticas em que está dividido o campo de estudos da Política e Administração da Educação no Brasil, como já mostrado.

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

tratando-se de um poder específico, de prestígio pessoal; ou institucional, em que o crédito é obtido a partir das posições ocupadas nas instituições científicas e do poder que detêm sobre os meios de produção e de reprodução que elas asseguram (BOURDIEU, 2004).

- **Campo científico:** o lugar, o espaço de jogo pela busca de autoridade científica no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a ciência (BOURDIEU, 1983; 2004).

3.2 DEFINIÇÃO OPERACIONAL DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

A operacionalização das categorias de análise foi feita a partir de uma subdivisão em dimensões e indicadores ou temas correspondentes. A seguir é apresentado como cada uma das categorias de análise foi operacionalizada para esta pesquisa.

3.2.1 Administração Universitária

Antes de apresentar as dimensões em que a categoria “administração universitária” foi subdividida ressalta-se que para fins deste trabalho ela será utilizada como sinônima dos termos: “gestão universitária”; “gestão de instituições de ensino/educação superior”; “administração da educação superior”; “gestão da educação superior”; “administração do ensino superior”; e “gestão do ensino superior”. Justifica-se tais associações ao uso recorrente destes em publicações na área conforme explicado no capítulo de fundamentação teórica. Feita esta observação passa-se para a operacionalização desta categoria, a qual se optou por dividir em quatro dimensões e 37 temas, conforme o quadro seguinte.

Quadro 1: Categoria de análise: administração universitária

Categoria	Dimensões	Temas
Administração universitária	Teorias gerenciais	Planejamento
		Organização
		Direção
		Controle
	Áreas funcionais da administração	Administração da Informação
		Administração Estratégica
		Administração Financeira
		Administração de Operações e Logística
		Administração de Pessoas
		Administração de Marketing
	Teoria das organizações	Abordagem Institucional
		Conhecimento, Aprendizagem e Inovação
		Trabalho, Organização, Estado e Sociedade
		Comunicação, Processos Discursivos e Produção dos Sentidos
		Ontologia, Epistemologias, Teorias e Metodologias nos Estudos Organizacionais
		Estudos Críticos e Práticas Transformadoras em Organizações
		Gênero e Diversidade
		Organizações Familiares
		História e Memória em Organizações
		Redes e Relacionamentos Intra e Interorganizacionais
		Simbolismos, Culturas e Identidades em Organizações
	Temas específicos	Políticas da Educação Superior
		Estrutura e funcionamento da Educação Superior
		Universidade e Sociedade

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

Avaliação da Educação Superior
Educação a Distância
Universidade e Desenvolvimento Regional
Acesso, permanência e evasão
Ensino, pesquisa e extensão
Estrutura acadêmica e administrativa
Internacionalização e mobilidade acadêmica
Universidade e Compromisso Social
Autonomia
Cooperação Universidade-Empresa
Administração universitária
Instituições de educação superior

Fonte: elaborado pelo autor.

Para esta categoria, foram utilizados temas relacionados às dimensões, pois o objetivo é verificar a existência de alguns dos temas relacionados entre as produções (artigos publicados, dissertações e teses, livros, etc.) na área de administração universitária. Destaca-se que as três primeiras dimensões foram baseadas na definição constitutiva da categoria “teorias administrativas” explicada na seção anterior. A quarta dimensão, a qual foi denominada “temas específicos” referem-se aos temas que são recorrentes em publicações na área (anais de eventos), bem como em disciplinas de cursos que se relacionam à administração universitária. Na sequência, é detalhada a operacionalização de cada uma dessas dimensões e como elas se desdobram em temas.

- **Teorias gerenciais:** são os trabalhos orientados pela racionalidade com fins de rentabilidade, conforme a trajetória iniciada por Taylor e Fayol, mais especificamente referem-se às produções sobre administração universitária que envolvam as principais teorias relacionadas às funções desempenhadas pelo administrador e suas variações nas organizações, quais sejam: o planejamento, a organização, a direção e o controle.
- **Áreas funcionais da administração:** referem-se às produções sobre administração universitária que envolvam as áreas funcionais de uma organização (no caso deste estudo, a universidade e as instituições de educação superior). Optou-se por tomar como base as divisões acadêmicas estabelecidas atualmente pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD (2011b), que tratam das áreas funcionais quais sejam: Administração da Informação, Administração Estratégica, Administração Financeira, Administração de Operações e Logística, Administração de Pessoas e Administração de Marketing.
- **Teoria das organizações:** referem-se aos trabalhos sobre administração universitária que envolvam alguns dos temas da divisão acadêmica de Estudos Organizacionais definidos pela ANPAD (2011b), quais sejam: Abordagem Institucional; Conhecimento, Aprendizagem e Inovação; Trabalho, Organização, Estado e Sociedade; Comunicação, Processos Discursivos e Produção dos Sentidos; Ontologia, Epistemologias, Teorias e Metodologias nos Estudos Organizacionais; Estudos Críticos e Práticas Transformadoras em Organizações; Gênero e Diversidade; Organizações Familiares; História e Memória em Organizações; Redes e Relacionamentos Intra e Interorganizacionais; e Simbolismos, Culturas e Identidades em Organizações.
- **Temas específicos:** denominou-se “temas específicos” aqueles que são recorrentes em publicações na área de administração universitária. Tomou-se por referência os temas que mais se repetiram ou que mais tiveram trabalhos apresentados no Colóquio

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas¹⁶, um evento anual consolidado na área de administração universitária no Brasil e na América do Sul e que há 12 anos já contemplou a apresentação de quase dois mil trabalhos sobre o tema, o que reflete a produção sobre administração universitária no Brasil. Além disso, considerou-se as disciplinas que fazem parte da estrutura curricular do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC¹⁷, por ser o único na área de administração no Brasil com foco na administração universitária. Sendo assim, foram definidos os seguintes temas: Políticas da Educação Superior; Estrutura e funcionamento da Educação Superior; Universidade e Sociedade; Avaliação da Educação Superior; Educação a Distância; Universidade e Desenvolvimento Regional; Acesso, permanência e evasão; Ensino, pesquisa e extensão¹⁸; Estrutura acadêmica e administrativa; Internacionalização e mobilidade acadêmica; Universidade e Compromisso Social; Autonomia; e Cooperação Universidade-Empresa. Incluiu-se ainda, os temas “administração universitária” e suas variações, conforme já apresentado e os temas que têm as instituições de educação superior como objeto de estudo.

3.2.2 Agentes

Conforme Bourdieu (2004) os agentes podem ser tanto pessoas como grupos de pessoas. Sendo assim, dividiu-se os agentes em três categorias: pesquisadores, grupos de pesquisa e cursos de pós-graduação *stricto sensu* em administração. Para a operacionalização da categoria *agentes-pesquisadores*, fez-se uma subdivisão em duas dimensões que contemplaram 16 indicadores, conforme o quadro seguinte.

Quadro 2: Categoria de análise: agentes-pesquisadores

Categoria	Dimensões	Indicadores
Agentes-pesquisadores	Perfil demográfico	Sexo
		Local de atuação profissional
	Perfil acadêmico	Níveis de formação
		Locais de formação
		Áreas de formação
		Tempo de formação
		Áreas de atuação
		Linhas de pesquisa
		Tema de dissertações e teses
		Temas de projetos de pesquisa
		Temas de publicações em periódicos
		Temas de publicações em anais de eventos científicos
		Temas de publicações em livros e capítulos de livros
		Periódicos em que publica
		Eventos em que publica

¹⁶ Até o ano de 2011, o evento denominava-se Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul.

¹⁷ Único programa da área de Administração voltado para a Administração Universitária de acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

¹⁸ Havia se considerado a hipótese de incluir uma temática que faz parte das divisões acadêmicas da ANPAD que têm relação com a administração universitária, qual seja “Ensino e Pesquisa em Administração”, no entanto, optou-se por aglutinar as produções encontradas junto ao tema “Ensino, pesquisa e extensão”.

Fonte: elaborado pelo autor.

Para melhor compreensão da operacionalização de cada categoria, apresenta-se o que se buscou analisar em cada uma de suas dimensões:

- **Perfil demográfico:** trata-se do perfil dos pesquisadores de acordo com os dados contidos nos *Dados Pessoais* em seus currículos Lattes. Mais especificamente: o *sexo* dos pesquisadores (masculino ou feminino); e seu *local de atuação profissional* (organização em que atua; cidade; estado e região).
- **Perfil acadêmico:** trata-se da formação, dos temas de interesse, e dos locais de publicação dos pesquisadores. Quanto à formação foram levantados em seus currículos: os *níveis de formação* (graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado); os *locais de formação* (instituições, cidades, estados e regiões); as *áreas de formação* (conforme o nome dos cursos de formação); e o *tempo de formação* (com base na data de conclusão dos cursos de formação). Para se chegar aos temas de interesse dos pesquisadores e verificar suas relações com os temas de administração universitária, foram levantados em seus currículos: suas *áreas de atuação*, suas *linhas de pesquisa*, os *temas de dissertações e teses*, os *temas de projetos de pesquisa* em que atua ou atuaram como coordenadores ou integrantes, os *temas de publicações em periódicos*, os *temas de publicações em anais de eventos científicos*, e os *temas de livros e capítulos de livros* publicados pelos pesquisadores. Quanto aos locais de publicação foram levantados em seus currículos: os *periódicos em que publicam* e os *eventos em que publicam*. Foram levantados ainda os locais em que atuam como membro de corpo editorial.

Para a operacionalização da categoria *agentes-grupos de pesquisa*, foi feita uma subdivisão em duas dimensões que contemplaram quatro indicadores, conforme o quadro seguinte.

Quadro 3: Categoria de análise: agentes-grupos de pesquisa

Categoria	Dimensões	Indicadores
Agentes-grupos de pesquisa	Perfil demográfico	Local de funcionamento Instituição Tempo de atuação
	Perfil Acadêmico	Temas de interesse

Fonte: elaborado pelo autor.

Cada dimensão desta categoria pode ser explicada da seguinte maneira:

- **Perfil demográfico:** diz respeito ao *local de funcionamento* do grupo de pesquisa (cidade, estado e região), à *instituição* a que está ligado e seu *tempo de atuação*, considerando a data de criação no Diretório de Grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes.
- **Perfil acadêmico:** refere-se aos *temas de interesse* do grupo de pesquisa que estejam relacionados aos temas de administração universitária, por meio da análise da descrição de suas linhas de pesquisa e das repercussões dos trabalhos dos grupos descritas no Diretório de Grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes.

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

Para a operacionalização da categoria agentes-cursos de pós-graduação *stricto sensu* em administração, foi feita uma subdivisão em duas dimensões que contemplaram quatro indicadores, conforme o quadro seguinte.

Quadro 4: Categoria de análise: agentes-cursos de pós-graduação

Categoria	Dimensões	Indicadores
Agentes- cursos de pós-graduação	Perfil Demográfico	Local de funcionamento
		Instituição
	Perfil Acadêmico	Conceito do curso
		Temas de interesse

Fonte: elaborado pelo autor.

Para melhor compreensão da operacionalização de cada categoria, apresenta-se o que se buscou analisar em cada uma de suas dimensões.

- **Perfil Demográfico:** diz respeito ao *local de funcionamento* do curso (cidade, estado, região) e a *instituição* onde o curso funciona.
- **Perfil Acadêmico:** refere-se ao *conceito do curso* junto à CAPES e os *temas de interesse* do curso, a partir da análise do nome dos cursos, áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas oferecidas que tenham relação com os temas de administração universitária.

3.2.3 Capital Científico

Em relação à operacionalização da categoria capital científico, foi feita uma subdivisão em duas dimensões, que são as duas espécies de capital científico cunhadas por Bourdieu (2004): o capital científico puro e o institucional. Para o primeiro tipo foram estabelecidos 13 indicadores divididos em três grupos: titulação, experiência profissional e produção intelectual. Para o segundo tipo foram determinados oito indicadores divididos em dois grupos: cargos ocupados e participação em bancas, conselhos, comissões e consultorias. Sobre tais indicadores é importante fazer algumas considerações. Bourdieu (2004) menciona algumas fontes de obtenção de capital científico, conforme mostrado no capítulo da fundamentação teórica, mas não chega a operacionalizá-los em indicadores como fez em *Homo academicus*, de 1984, com relação aos indicadores de capital universitário. Vale lembrar que neste estudo Bourdieu (2011) não analisa o campo científico apenas, mas o campo universitário francês, mais amplo, portanto, e que por consequência inclui outras espécies de capital simbólico não científicas. E mesmo os indicadores de capital científico puro e institucional utilizados são bastante específicos ao campo científico francês, como, por exemplo, a direção de um laboratório do Centro Nacional de Pesquisa Científica francês como uma fonte de prestígio científico.

Assim, foi necessário fazer adaptações, bem como consultar outros trabalhos que trouxessem indicadores que dessem conta de refletir a realidade não só do campo científico brasileiro, mas do campo científico da administração em que a administração universitária é enquadrada como subcampo como estratégia para tentar desvendá-lo. Nesse sentido, foi preciso encontrar indicadores que pudessem legitimar aquilo que os agentes do campo científico da administração consideram relevantes a ponto de dar a seus pares e a eles próprios prestígio ou poder no campo.

Ao analisar trabalhos brasileiros sobre o campo científico da administração que trouxessem indicadores de capital científico, foi encontrado o trabalho de Teixeira et al.

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

(2012) em que analisam a dinâmica de distribuição de fontes de capital científicos entre docentes/pesquisadores de um programa de pós-graduação *stricto-sensu* de uma universidade pública. Porém, os indicadores de capital científico escolhidos pelos autores tinham como limitação o fato de serem os mesmos que serviam de base para avaliar os candidatos que desejavam ingressar no programa de pós-graduação da instituição analisada, localizada no interior de Minas Gerais. Os próprios autores observaram que tais indicadores são muito restritos àquela realidade. Acreditou-se que seria mais adequado utilizar indicadores que justificassem seu uso pelo campo (no caso, o campo da administração em que está inserido o campo científico da administração universitária) como um todo.

Assim, também se levou em consideração os critérios utilizados pela área de administração da CAPES para avaliar os programas de pós-graduação, mais especificamente o último relatório de avaliação trienal 2007-2009 (TRIENAL CAPES, 2009) para encontrar possíveis indicadores. Focou-se mais nos itens de avaliação do corpo docente e de produção intelectual, que traziam indicadores mais próximos do que Bourdieu (2004) apresenta como tais.

Para seguir um critério de pontuação que pudesse ser aplicado a todos os pesquisadores do campo científico da administração universitária, e considerando que se está partindo do pressuposto de ser este um subcampo científico da administração, optou-se também por considerar os indicadores utilizados para análise dos currículos Lattes dos candidatos a ingressar na carreira docente em administração nas instituições que têm programas de pós-graduação em administração recomendados pela CAPES. Como não há uma regra geral para todas as instituições no Brasil, tomou-se por base os programas melhor avaliados na última avaliação trienal da CAPES referente a 2007-2009. Nesta posição estavam os programas de pós-graduação em administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e da Universidade de São Paulo – USP, com conceito 7¹⁹. Por meio de pesquisa no site das duas instituições somente estavam disponíveis os indicadores e seus respectivos pesos no site de concursos da UFRGS (UFRGS, 2011) ²⁰.

Além dos indicadores, foi necessário criar uma pontuação de modo a dar pesos a cada um deles, pois nem todas as fontes de capital científico têm o mesmo grau de importância para seus agentes. Por exemplo: um artigo publicado em um periódico tem mais potencial de aumento do prestígio de um pesquisador que um artigo publicado em algum evento científico. A própria CAPES (2009) reconhece essa diferenciação em Documento da Área de Administração 2009, referente ao triênio 2007-2009, conforme trecho a seguir:

A par desta valorização de produção intelectual (artigos em periódicos e livros), a área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo tem tradição de também valorizar trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos qualificados. No entanto, o trabalho publicado em anais constitui produção provisória e, regra geral, requer melhorias para sua transformação em artigo a ser submetido a um periódico (CAPES, 2009).

Considerando o trabalho de Teixeira et al. (2012), os critérios utilizados pela CAPES na avaliação dos programas de pós-graduação em administração no último triênio 2007-2009,

¹⁹ “O conceito Capes refere-se a conceitos obtidos por programas de pós-graduação brasileiros em avaliações trienais que a Capes realiza, atribuindo conceitos entre 1 e 7 a esses programas, sendo que o programa com nível de avaliação igual ou superior a 3 tem seus diplomas validados e reconhecidos nacionalmente. O programa que oferece apenas o mestrado tem seu nível limitado a 5, ficando os níveis 6 e 7 reservados para os doutorados de referencial internacional” (MIRANDA, ALMEIDA, 2004, p. 52; TEIXEIRA ET AL, 2012, p. 191).

²⁰ Ver ANEXO na tese: SCHLICKMANN (2013).

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

e os indicadores utilizados para análise dos currículos Lattes dos candidatos a ingressar na carreira docente em administração da UFRGS, conforme explicado, chegou-se ao quadro seguinte que possibilita a determinação do volume de capital científico puro e institucional acumulado pelos agentes-pesquisadores do campo científico da administração universitária no Brasil. Optou-se por dividir os indicadores da dimensão capital científico puro, de acordo com divisão adotada pela UFRGS (UFRGS, 2011) ²¹, para facilitar a adaptação das pontuações²² e pesos atribuídos a cada grupo de indicadores. Quanto aos grupos de indicadores do capital científico institucional, foi feita uma adaptação do trabalho de Teixeira et al. (2012), e incluídos os indicadores *Atuação como membro de corpo editorial* e *Atuação como revisor de Periódico* os quais não estavam previstos por esses autores, mas tinham semelhança com indicadores adaptados de Bourdieu (2004; 2011).

Quadro 5: Categoria de análise: capital científico

Categoria	Dimensões	Indicadores	Máximo	Peso
Capital científico	Puro	<i>Titulação</i>	100	2
		Formação doutorado	80	
		Formação pós-doutorado	20	
		<i>Experiência profissional</i>	100	4
		Orientações de dissertações e teses	29	
		Coordenação de projetos de pesquisa	19	
		Atuação como integrante de projetos de pesquisa	14	
		Bolsas recebidas durante mestrado, doutorado ou pós-doutorado	19	
		Atuação como bolsista de produtividade do CNPq	19	
		<i>Produção intelectual</i>	100	4
		Publicações em periódicos Qualis A1 ou A2 em Administração	40	
		Publicações em demais periódicos	30	
		Publicações de livros	10	
		Publicações de capítulos de livros	05	
	Publicações de artigos em anais de eventos	10		
	Coordenação de projetos de pesquisa com apoio ou fomento	05		
	Institucional	<i>Cargos ocupados</i>	100	6
		Cargos de direção e administração ocupados (coordenação, direção, chefia)	40	
		Cargos de direção e administração ocupados (Reitoria, Pró-Reitoria)	60	
		<i>Participação em bancas, conselhos, comissões e consultorias</i>	100	4
Participação em conselhos, comissões e consultorias		16		
Participação em bancas de concursos públicos		16		
Participação em avaliação de cursos		16		
Participação em bancas de dissertações e teses		16		
Atuação como membro de corpo editorial	20			
Atuação como revisor de periódico	16			

²¹ Os indicadores cujo levantamento não foi possível realizar foram excluídos ou adaptados, quando possível.

²² As pontuações foram redistribuídas de acordo com as adaptações que se fizeram necessárias.

Fonte: elaborado pelo autor.

A seguir apresenta-se como foram analisadas cada uma das dimensões da categoria *capital científico*:

- **Puro**: é o capital científico adquirido em função do reconhecimento dos pares a sua contribuição ao progresso da ciência, tratando-se de um poder específico, de prestígio pessoal (BOURDIEU, 2004). Assim, com base nos currículos Lattes dos pesquisadores (conforme explicado na seção sobre os sujeitos de pesquisa), analisaram-se:

- **Titulação**: para os pesquisadores que possuísem doutorado foram atribuídos 80 pontos, e para os que possuísem pós-doutorado foram atribuídos mais 20 pontos, podendo chegar a um total de 100 pontos. Para tal grupo de indicadores foi atribuído peso dois (ou 20%).

- **Experiência profissional**: para cada orientação de dissertação foi atribuído um ponto e de tese dois pontos até um total de 29 pontos. Para cada coordenação de projeto de pesquisa foram atribuídos dois pontos até um total de 19 pontos. Para cada projeto de pesquisa em que o pesquisador atuou como integrante foi atribuído um ponto até um total de 14. Para cada bolsa recebida durante o mestrado, doutorado ou pós-doutorado foram atribuídos respectivamente quatro, seis, e nove pontos até um total de 19 pontos. Para a atuação do pesquisador como bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq²³ foram atribuídos 19 pontos. Para este grupo de indicadores foi atribuído peso quatro (ou 40%).

- **Produção intelectual**: para cada publicação em periódicos Qualis²⁴ A1 ou A2 em administração foram atribuídos 10 e oito pontos, respectivamente, até um total de 40 pontos. Para publicações em outros periódicos, da área de administração ou fora dela, independente do enquadramento Qualis foi atribuído um ponto por artigo até um total de 30 pontos. Para publicações de livros e de capítulos de livros foi atribuído um ponto para cada publicação até um total de 10 e cinco pontos respectivamente. Para artigos publicados em anais de eventos foi atribuído um ponto para cada publicação até um total de 10 pontos. Para a coordenação de projetos de pesquisa com fomento ou apoio de alguma instituição foi atribuído um ponto para cada coordenação até um total

²³ As bolsas produtividade do CNPq dividem-se: em Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) “destinada aos pesquisadores que se destaquem entre seus pares, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos, estabelecidos pelo CNPq, e específicos, pelos Comitês de Assessoramento (CAs) do CNPq”; em Bolsas de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT) que tem por finalidade “distinguir o pesquisador, valorizando sua produção em desenvolvimento tecnológico e inovação segundo critérios normativos, estabelecidos pelo CNPq, e especificamente, pelo Comitê Avaliador” e em Bolsista Produtividade Sênior (PQ-Sr) “destinada ao pesquisador que se destaque entre seus pares como líder e paradigma na sua área de atuação, valorizando sua produção científica e/ou tecnológica, segundo requisitos e critérios normativos estabelecidos pelo CNPq e por sua assessoria técnico-científica” (CNPq, 2012b).

²⁴ O conceito Qualis “é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. (...) A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero” (CAPES, 2012).

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

de cinco pontos. Para este grupo de indicadores foi atribuído peso quatro (ou 40%).

- **Institucional:** é o capital científico adquirido a partir das posições ocupadas nas instituições científicas e do poder que detêm sobre os meios de produção e de reprodução que elas asseguram (BOURDIEU, 2004). Nesse sentido analisaram-se nos currículos Lattes dos pesquisadores:

- **Cargos ocupados²⁵:** para cada cargo de direção e administração (coordenação, direção, chefia e vices) ocupado pelos pesquisadores em instituições de ensino e pesquisa e relacionadas à educação superior, foram atribuídos 10 pontos até um total de 40 pontos; para cada cargo de direção e administração (Reitorias e Pró-Reitorias e vices) ocupados pelos pesquisadores foram atribuídos 20 pontos até um total de 60 pontos. Para este grupo de indicadores foi atribuído peso seis (ou 60%).

- **Participação em bancas, conselhos, comissões e consultorias:** para cada participação em conselhos, comissões e consultorias realizadas em instituições de ensino e pesquisa e relacionadas à educação superior; participação em bancas de concursos públicos; e participação em avaliação de cursos foram atribuídos dois pontos até um total de 16 pontos para cada indicador; para cada participação em bancas de dissertações e teses foram atribuídos um e dois pontos, respectivamente, até um total de 16 pontos. Para cada atuação como membro de corpo editorial foram atribuídos dois pontos até um total de 20 pontos. Para cada atuação como revisor de periódico foram atribuídos dois pontos até um total de 16 pontos. Para este grupo de indicadores foi atribuído peso quatro (ou 40%).

Somando-se a pontuação obtida em cada grupo de indicadores e multiplicando pelo peso correspondente obteve-se uma pontuação correspondente ao volume de capital científico puro e institucional acumulado pelos pesquisadores ao longo de sua trajetória no campo científico da administração universitária. Nesse sentido, tomando por base o trabalho de Teixeira et al. (2012) fez-se uma divisão dos pesquisadores adotando três grupos por intervalos iguais de pontuação com o objetivo de conhecer aqueles situados nos extremos, e aqueles considerados como medianos. Assim, para cada tipo de capital científico, subtraiu-se a maior pontuação obtida pelos pesquisadores pela menor para conhecer a amplitude total das pontuações de cada tipo de capital científico. Dividiu-se a amplitude obtida por três, para definir a amplitude dos intervalos (ou classes). Definidos os intervalos, classificou-se os pesquisadores em três classes, conforme o quadro seguinte:

Quadro 6: Distribuição dos pesquisadores por volume de capital científico

Classes	Intervalos
A	Pontuação mínima de A – Pontuação máxima de A
B	Pontuação mínima de B – Pontuação máxima de B
C	Pontuação mínima de C – Pontuação máxima de C

Fonte: Adaptado de Teixeira et al. (2012)

Situando cada pesquisador em uma das três classes, a partir da pontuação obtida por eles em relação ao acúmulo de capital científico, foi possível estabelecer como o campo científico da administração universitária está estruturado.

²⁵Não foram considerados cargos em substituição.

3.2.4 Campo científico

O campo científico da administração universitária no Brasil foi caracterizado a partir do perfil de seus agentes (o qual foi operacionalizado na seção 3.5.2) e de sua estrutura, estabelecida a partir da distribuição do capital científico (a qual foi operacionalizada na seção 3.5.3) acumulado por seus agentes-pesquisadores. Sendo assim, dividiu-se esta categoria em duas dimensões e oito indicadores, conforme quadro a seguir.

Quadro 7: Categoria de análise: campo científico

Categoria	Dimensões	Indicadores
Campo científico	Perfil dos Agentes	Pesquisadores
		Grupos de Pesquisa
		Cursos de pós-graduação
	Estrutura	Distribuição de capital científico puro
		Distribuição de capital científico institucional
		Determinação dos agentes dominantes
		Possibilidades de conversão de capital científico
		Grau de importância das fontes de capital científico

Fonte: elaborado pelo autor.

Na sequência apresenta-se como foram analisadas cada uma das dimensões da categoria *campo científico*:

- Perfil dos agentes:** definidos conforme operacionalização da categoria agentes (seção 3.5.2);
- **Estrutura:** a estrutura do campo científico da administração universitária no Brasil foi definida a partir: da *distribuição de capital científico puro e institucional* entre os agentes-pesquisadores em três classes diferentes, conforme operacionalizado na categoria capital científico (seção 3.5.3); da *determinação dos agentes dominantes*, os quais foram identificados entre os agentes-pesquisadores que acumularam o maior volume de capital científico puro e institucional (situados na classe A, de cada estrutura); das *possibilidades de conversão do capital científico* puro em institucional e vice-versa; e do *grau de importância das fontes de capital científico* com base nos indicadores de capital científico acumulados pelos agentes dominantes.

Feita a operacionalização das categorias de análise desse estudo, passa-se a descrever como foi feita a coleta e a análise dos dados de pesquisa.

A coleta de dados deste estudo iniciou por meio do levantamento dos sujeitos da pesquisa junto à Plataforma Lattes do CNPq (durante os meses de julho e agosto de 2012) e aos programas de pós-graduação em administração recomendados pela CAPES (durante o mês de junho de 2012). A partir deste levantamento, foi possível detectar os agentes do campo científico da administração universitária no Brasil, e a partir do perfil deles caracterizar o campo, conforme explicado na seção de operacionalização das categorias de análise.

Por meio dos dados constantes nos currículos, especificamente os títulos das publicações dos pesquisadores, foi feita uma análise de conteúdo para verificar as possíveis relações dessas publicações com as teorias administrativas. De acordo com Bardin (2004, p.

41) “a análise de conteúdo tem como objetivo a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem”. Mais especificamente foi utilizada a análise de conteúdo categorial, que consiste na classificação dos elementos de um determinado conjunto por diferenciação e reagrupamentos conforme critérios definidos previamente (BARDIN, 2004). Assim, analisaram-se os temas das publicações dos pesquisadores conforme a categoria administração universitária.

Por fim, a partir dos indicadores da operacionalização da categoria capital científico, foram analisados os currículos Lattes dos pesquisadores do campo científico da administração universitária buscando demonstrar tanto o acúmulo de capital científico puro quanto de capital científico institucional. Assim, foi possível determinar como o campo científico está estruturado a partir do volume de capital científico acumulado pelos pesquisadores. Para auxiliar na coleta dos dados levantados, foi feito registro em planilha Excel, e utilizadas as ferramentas de filtro, classificação e tabela dinâmica para auxiliar na análise dos dados.

4 RESULTADOS

Nesta seção são retomados o objetivo central desta pesquisa bem como as questões de pesquisa dele decorrentes. Nesse sentido, são apresentadas as respostas a essas questões, tendo como consequência o alcance dos objetivos propostos.

O problema que deu origem a esta pesquisa foi “**Como está constituído o campo científico da administração universitária no Brasil?**” o qual culminou no objetivo geral deste trabalho que foi analisar como está constituído este campo científico. Por meio das respostas às questões de pesquisa, apresenta-se os resultados alcançados.

- Que pessoas e/ou instituições podem ser consideradas agentes do campo científico da administração universitária no Brasil?

Neste trabalho, os agentes do campo científico da administração universitária no Brasil foram divididos em três grupos: agentes-pesquisadores, agentes-grupos de pesquisa e agentes-cursos de pós-graduação/instituições de ensino, considerando-se que o campo científico pode ser entendido como um espaço em que agentes ou instituições ocupam uma posição adquirida em disputas históricas para obter a autoridade científica (BOURDIEU, 1983).

Para se chegar aos agentes-pesquisadores do campo científico, realizou-se pesquisa na plataforma Lattes do CNPq, buscando por pesquisadores que estivessem ao menos cursando o mestrado, que atuassem na área de administração e que de alguma forma tivessem relação com a administração universitária. Essa relação foi obtida por meio da análise nos currículos Lattes dos pesquisadores: dos resumos dos currículos, do título da dissertação de mestrado, da tese de doutorado ou do trabalho de pós-doutorado, e da área de atuação do pesquisador. Além disso, os pesquisadores deveriam ter atualizado o currículo no ano de 2012. Chegou-se a um total de 233 pesquisadores do campo científico da administração universitária no Brasil.

Quanto aos agentes-grupos de pesquisa do campo científico da administração universitária no Brasil, também foram identificados por meio de pesquisa na Plataforma Lattes, por meio de busca no Diretório de Grupos de Pesquisa da mesma, buscando por grupos relacionados à administração universitária que atuassem na área de administração. Chegou-se a um total de 17 grupos de pesquisa em administração universitária.

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* e as instituições de ensino superior em que se localizam foram identificados como agentes do campo científico, por meio da análise da área de concentração, das linhas de pesquisa e da estrutura curricular de cada curso de mestrado e doutorado da área de administração no Brasil, de modo a verificar sua relação com

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

a administração universitária. Foram identificados 18 cursos de pós-graduação *stricto sensu* e 13 instituições de ensino superior relacionados a eles.

Além desses, foram considerados como agentes, ainda que indiretamente relacionados ao campo científico: a ANPAD, por se tratar de um agente importante do campo da administração ao qual a administração universitária faz parte; e a CAPES, por ser um órgão regulador e de fomento das atividades da pós-graduação no Brasil. Embora estes não tenham sido o foco de análise, foram utilizadas como base para a operacionalização de categorias de análise da pesquisa, justamente por sua influência no campo.

A partir da identificação de agentes do campo científico da administração universitária no Brasil, foi possível caracterizá-los, e responder a segunda questão de pesquisa.

- Como esses agentes podem ser caracterizados?

Os agentes-pesquisadores foram caracterizados por meio de seu perfil demográfico e de seu perfil acadêmico. Entre os agentes-pesquisadores do campo, prevalece os do sexo masculino (53%). Quanto aos locais de atuação, a maior parte deles se concentra na Região Sul (50%), no estado de Santa Catarina (30%) e na cidade de Florianópolis (17%). Destaca-se, ainda a presença de pesquisadores do campo em todos as regiões brasileiras; 21 estados, além do Distrito Federal (Acre, Amapá, Mato Grosso, Maranhão e Sergipe não contém pesquisadores do campo); e 83 municípios brasileiros. Há um pesquisador atuando em Londres, Inglaterra. Os pesquisadores do campo da administração universitária no Brasil atuam em 108 instituições de educação superior, incluindo uma inglesa. Os temas mais presentes entre as publicações na área de administração universitária feita pelos pesquisadores estão relacionados aos classificados como *específicos*, ou seja, aqueles que podem estar ligados a outras áreas que não a administração.

Os agentes-grupos de pesquisa também foram caracterizados conforme seu perfil demográfico e acadêmico. Quanto ao local de funcionamento, a região Sudeste é a que mais concentra grupos de pesquisa no campo científico da administração universitária no Brasil (8 de 17). A UFSC e a UFPE possuem dois grupos de pesquisa pertencentes ao campo cada, sendo as únicas instituições com mais de um grupo. Os agentes-grupos de pesquisa do campo científico da administração universitária no Brasil têm sua atuação mais voltada para os *temas específicos* de administração universitária, pois foram os que com maior frequência apareceram nas linhas de pesquisa e repercussões dos trabalhos dos grupos.

Por fim, os agentes-cursos de pós-graduação/instituições de ensino superior foram caracterizados quanto ao seus perfis demográfico e acadêmico. Quanto aos locais de atuação, Florianópolis é a cidade que mais concentra cursos de pós-graduação *stricto sensu* relacionados à administração universitária (4 de 18); Santa Catarina é o estado que mais contém esses cursos (5 de 18); e quanto à região, a Sudeste é a que mais concentra esses cursos (6 de 18). Em relação às instituições de educação superior onde estão localizados esses cursos, destaca-se a UFSC, com três cursos, sendo um exclusivamente na área de administração universitária. Quanto aos cursos, ressalta-se que a maioria (74%) tem os menores conceitos (3 e 4) dentre os estabelecidos pela CAPES para funcionamento dos cursos de pós-graduação (que vai de 3 a 7). Apenas três cursos têm conceito intermediário (5). Quanto aos motivos que levaram à classificação dos cursos como pertencentes ou relacionados ao campo científico da administração universitária verifiquei que a maioria está relacionada a existência de disciplinas (em 11 dos 18 cursos esse foi o motivo) ligadas as suas temáticas. Outros seis cursos têm linhas de pesquisa relacionadas aos temas de administração universitária. E um curso está totalmente vinculado ao campo (o mestrado profissional em administração universitária da UFSC). Quanto aos temas a que essas linhas de pesquisa e disciplinas que justificaram relacionar os cursos ao campo, destacam-se os vinculados aos

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

temas específicos de administração universitária, sendo o tema de *educação a distância* o mais frequente.

A partir da caracterização desses agentes, pôde-se perceber que a Universidade Federal de Santa Catarina é um agente de destaque no campo científico da administração universitária no Brasil. É uma das instituições que mais estão relacionadas aos agentes-pesquisadores do campo científico da administração universitária no Brasil: concentra o maior percentual de pesquisadores atuando profissionalmente (12%); foi nela que 16% dos pesquisadores se formaram na graduação; 35% concluiu o mestrado; 41% concluiu o doutorado; sedia o segundo periódico (Revista de Ciência da Administração – CAD/UFSC) com o maior volume de publicações dentre os pesquisadores do campo (3%); é uma das organizadoras do evento científico (Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas) que concentra o maior volume de publicações (25%) em administração universitária no campo; que se sedia o terceiro periódico (Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL) em concentração de membros de corpo editorial (cinco membros, ou 2% do total). Além disso, foi pioneira no Brasil na oferta de curso de mestrado com área de concentração em administração universitária (CPGA/UFSC) na área de administração; bem como sedia o único curso de mestrado em administração universitária na área de administração no Brasil (PPGAU/UFSC). Nesse sentido, a UFSC acaba se tornando um agente de destaque para o campo científico da administração universitária no Brasil, como formadora e fomentadora de pesquisa na área por meio de publicações e eventos na área.

Caracterizados os agentes do campo científico da administração universitária no Brasil, foi possível analisar os temas trabalhados neste campo e responder à questão seguinte.

Quais as possíveis influências das teorias administrativas nos temas de interesse dos agentes?

Por meio da análise dos temas das publicações dos pesquisadores, das linhas de pesquisa e da atuação dos grupos de pesquisa, bem como das áreas de concentração, das linhas de pesquisa e da estrutura curricular dos cursos de mestrado e doutorado relacionados à administração universitária foi possível constatar indícios da influência das teorias administrativas nos temas de interesse dos agentes.

Verificou-se que entre os temas mais presentes entre as publicações dos agentes-pesquisadores relacionadas à administração universitária estão aqueles ligados aos específicos, de acordo com a categorização feita no capítulo de metodologia. Assim, em todos os tipos de publicações (dissertações e teses, projetos de pesquisa coordenados e integrados pelos pesquisadores, periódicos, eventos, livros e capítulos de livros) prevaleceram os temas específicos da administração universitária, com destaque para os temas ensino, pesquisa e extensão, avaliação da educação superior e educação a distância, temas que mais frequentemente apareceram entre os três mais publicados, respectivamente. Quanto aos temas de administração universitária, ligados à área de administração, destacam-se os relacionados às áreas funcionais da administração, que somente em relação aos projetos de pesquisa não prevaleceram sobre as demais temas (teorias gerenciais e teorias das organizações). Dentre os mais frequentes entre as áreas funcionais destacam-se nesta ordem: administração estratégica, administração de pessoas e administração da informação. Entre as teorias gerenciais, segunda dimensão com a maior frequência de temas, destacam-se: planejamento, direção e controle, respectivamente. Entre os temas relacionados às teorias das organizações prevaleceram: conhecimento, aprendizagem e inovação, redes e relacionamentos intra e interorganizacionais e trabalho, organização, Estado e sociedade, nesta ordem.

Os agentes-grupos de pesquisa do campo científico da administração universitária no Brasil têm sua atuação mais voltada para os temas específicos de administração universitária,

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

pois foram os que com maior frequência apareceram nas linhas de pesquisa e repercussões dos trabalhos dos grupos, com destaque para ensino, pesquisa e extensão, cooperação universidade-empresa e avaliação da educação superior. Entre os temas relacionados às teorias administrativas destacam-se os voltados às áreas funcionais da administração, principalmente administração estratégica, administração financeira e administração de pessoas. Destaca-se também o tema de planejamento entre as teorias gerenciais.

Entre os temas prevaletentes nas áreas de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular dos cursos de mestrado e doutorado relacionados à administração universitária destacam-se os vinculados aos temas específicos de administração universitária, sendo o tema de educação a distância o mais frequente, seguido de avaliação institucional. Entre os relacionados às teorias administrativas destacam-se os relacionados às áreas funcionais, principalmente administração da informação e administração estratégica. Cabe destacar o curso de mestrado profissional em administração profissional da UFSC - PPGAU/UFSC como um agente de destaque entre os cursos relacionados ao campo, pois é o único totalmente voltado para a temática. Nesse sentido, foi possível constatar a presença equilibrada de temas específicos da administração universitária e de relacionados às teorias administrativas. Quanto aos primeiros foram constatados: gestão universitária; políticas de educação superior; universidade e sociedade; cooperação universidade-empresa; avaliação institucional; estrutura e funcionamento da educação superior; educação a distância; ensino, pesquisa e extensão; e universidade e desenvolvimento regional. Quanto aos temas relacionados às teorias administrativas observou-se: planejamento e direção (teorias gerenciais); administração financeira, administração da informação, administração estratégica, administração de marketing e administração de recursos humanos (áreas funcionais da administração); e conhecimento, aprendizagem e inovação e história e memória em organizações (teorias das organizações).

Conclui-se que os temas do campo científico da administração universitária têm influência das teorias administrativas, com destaque para as áreas funcionais da administração, principalmente administração estratégica, administração da informação e administração de pessoas. Porém, prevalecem os temas considerados como específicos da área, que não necessariamente estão relacionados com a administração. Entre tais temas destacam-se: ensino, pesquisa e extensão, educação a distância e a avaliação da educação superior.

Verificadas as influências das teorias administrativas nos temas de interesse dos agentes do campo científico da administração universitária no Brasil, parte-se para a última questão que esta pesquisa buscou responder.

- De que forma está estruturado o campo científico da administração universitária no Brasil, considerando o acúmulo de capital científico de seus agentes?

Por meio da análise do acúmulo de capital científico dos agentes-pesquisadores do campo científico da administração universitária foi possível identificar como ele está estruturado e assim, apresentar algumas conclusões.

O campo científico da administração universitária está estruturado de forma desigual, seja analisando a distribuição do capital científico puro entre os agentes-pesquisadores, seja analisando a distribuição do capital científico institucional. Isto ocorre, pois uma minoria dos pesquisadores concentra um volume de capital científico igual ou próximo ao que acumula a maioria dos pesquisadores do capital científico. Tais dados corroboram com a ideia de Bourdieu (1983, p. 136) de que “o campo científico é sempre o lugar de uma luta, mais ou menos desigual, entre agentes desigualmente dotados de capital específico”.

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

Decorrente dessa constatação de desigualdade no campo verificou-se que pertencer ao grupo dos “mais prestigiados”, ou dos que possuem maior volume de capital científico puro (60% acumulam 26% de capital) é mais difícil que pertencer ao grupo dos “mais poderosos” institucionalmente, ou que possuem o maior volume de capital científico institucional (52% acumulam 21% de capital). Assim, há uma desigualdade relativamente maior considerando-se a distribuição do capital científico puro no campo. Outra constatação observada foi a de que a maior parte dos pesquisadores do campo científico da administração universitária no Brasil possui relativamente ao volume de capital científico de seus pares, um baixo acúmulo de capital científico, tanto puro (60% dos pesquisadores pertencem à classe C) quanto institucional (52% pertencem a classe C). Isso implica que há uma provável barreira à entrada imposta aos agentes que desejam obter prestígio no campo, que é dada pelo “capital científico coletivamente acumulado” (BOURDIEU, 2004, p. 35) pelos agentes dominantes deste campo, conforme se retomará mais adiante.

Constatou-se também que apenas uma pequena parte dos pesquisadores (4%) conseguem ocupar posições de destaque no campo tanto em função de seu prestígio junto aos pares quanto em decorrência do poder temporal que exercem. Tal fato corrobora com o que diz Bourdieu (2004) sobre a dificuldade de acumular as duas espécies de capital científico. Há, portanto, nove casos em que os agentes-pesquisadores do campo científico da administração universitária no Brasil são ao mesmo tempo socialmente e cientificamente dominantes (BOURDIEU, 2004) na medida em que conseguem ocupar as mais altas posições hierárquicas tanto na estrutura de distribuição do capital científico puro quanto na do capital científico institucional.

Nesse sentido, para Bourdieu (2004) o mais comum é que ou o agente seja cientificamente ou socialmente dominante. No campo científico da administração universitária isso ocorre em 9% dos casos, sendo que apenas 21 dos 233 pesquisadores se encontram nessa situação. Sendo que destes, há cinco que ocupam as posições extremas, ou seja, um forte peso político e frágil crédito científico, os chamados “administradores científicos” (caso de quatro pesquisadores) de um lado e de outro aqueles que foram denominados neste trabalho de “pesquisadores científicos” (caso de 1 pesquisador), com forte crédito científico e frágil peso político. Isso significa, conforme Bourdieu (2004), que quatro pesquisadores tem um alto capital científico decorrente não de suas contribuições para o avanço da ciência, mas principalmente em função da ocupação de espaços de poder no campo.

É possível observar também que 59% dos pesquisadores do campo científico da administração universitária no Brasil ocupam as mesmas classes de distribuição de capital científico puro e institucional. Destes, 4%, como já foi mostrado pertence ao mesmo tempo à classe A, 16% à classe B e 39% à classe C do campo científico da administração universitária no Brasil. Esses dados vão ao encontro do que diz Bourdieu (2004) sobre a ambiguidade estrutural dos campos científicos ou de que a ciência é relativamente autônoma. Porém, percebe-se que a medida que se aumenta a classe em que estão situados os agentes, menor é a chance de acúmulo dos dois tipos de capital científico, dada a dificuldade de isso ocorrer como já explicado.

Outro aspecto que foi possível analisar quanto à estrutura do campo científico da administração universitária no Brasil, diz respeito aos agentes-pesquisadores dominantes, que são aqueles que vão ditar o que é importante ser e ter para atuar neste campo. Identificou-se como agentes dominantes um total de 30 agentes-pesquisadores, que foram os que mais acumularam capital científico puro ou institucional no campo. Em primeiro lugar, traçou-se um breve perfil desses agentes, onde foi constatado que a maioria é do sexo masculino: 20 dos

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

30 pesquisadores, ou seja, 67%. Tal resultado vai ao encontro de estudos como os do próprio Bourdieu (1999) em que a mulher tem dificuldade para alcançar determinados espaços de poder. Quanto às instituições em que atuam os agentes dominantes destacam-se a UFSC e a UFRN (com 4 pesquisadores cada); FURB (com 3 pesquisadores); e UNOESC, UNINOVE, UEM e UFES (com 2 pesquisadores cada). Outras 11 instituições apareceram como locais de atuação dos demais agentes dominantes. Entre os locais de concentração de agentes dominantes do campo científico da administração universitária no Brasil, verifica-se, por meio da localização das instituições, que a maioria se encontra na cidade de Florianópolis (5 no total); no estado de Santa Catarina (10 no total); e na região Sul (15 no total) do país. Tais locais convergem com os mesmos que concentram o maior número de agentes-pesquisadores em geral, o que indica uma tendência de concentração dos pesquisadores do campo junto aos agentes dominantes desse campo.

Outro aspecto levantado junto aos agentes dominantes diz respeito ao seu capital científico. Assim, verificou-se quais fontes de capital científico têm mais importância relativa para obtenção de poder científico no campo científico da administração universitária no Brasil.

Quanto aos indicadores de capital científico puro, foram considerados como muito importantes para a obtenção de prestígio no campo:

- a titulação de doutor (97%) e a formação pós-doutoral (50% possuem);
- a coordenação de projetos de pesquisa;
- as publicações em periódicos, independente da qualificação;
- a publicação de capítulos de livros;
- a publicação de artigos em anais de eventos científicos;
- a coordenação de projetos de pesquisa com fomento.

Foram considerados como pouco importantes:

- a orientação de dissertações e teses;
- a atuação como integrante de projeto de pesquisa;
- a obtenção de bolsas durante o mestrado, doutorado ou pós-doutorado;
- as publicações em periódicos Qualis A1 ou A2 em Administração; e
- a publicação de livros.

Quanto aos indicadores de capital institucional, foram considerados como fontes muito importantes para a obtenção de poder temporal:

- a ocupação de cargos de direção e administração (coordenação, direção, chefia);
- a participação em conselhos, comissões e consultorias;
- a participação em bancas de dissertações e teses;
- a atuação como revisor de periódico.

Foram considerados pouco importantes para a obtenção de capital científico institucional, os seguintes indicadores:

- a ocupação de cargos de direção e administração ocupados (Reitoria, Pró-Reitoria);
- a participação em bancas de concursos públicos;
- a participação em avaliação de cursos;
- a atuação como membro de corpo editorial.

Vale destacar que o grau de importância dos indicadores de capital científico servem de parâmetro para os demais agentes do campo científico da administração universitária no Brasil. Aquele que quer se destacar neste campo, deve considerar quais fontes de obtenção de prestígio e de poder temporal os agentes consideram importantes para se “jogar o jogo” (BOURDIEU, 1983). Não se deve deixar de comentar o fato de que as “regras do jogo” (BOURDIEU, 1983) servem de parâmetro tanto para os novatos que querem se opor aos

agentes dominantes quanto aos que querem sucedê-los, pois mesmo aqueles “só poderão vencer os dominantes em seu próprio jogo” (BOURDIEU, 1983, p. 138).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este é um trabalho inicial que deve ser aprimorado, criticado, refeito, ou mesmo negado, mas que pretende servir para que seus agentes reflitam sobre o campo. Há muito que se fazer, se é que esse é o desejo de seus pesquisadores. Assim, a partir deste trabalho não se buscou responder completamente nem mesmo as questões formuladas para esta pesquisa, mas contribuir para que se inicie discussões em torno ou a partir delas. Nesse sentido são indicadas algumas sugestões para trabalhos futuros a partir das conclusões provisórias a que se chegou a partir das respostas das questões de pesquisa. Acredita-se que tais questões podem ajudar a compreender ainda melhor como o campo científico da administração universitária no Brasil se constitui, fortalecendo as pesquisas na área.

- **Historicamente como a administração universitária se constituiu como um campo científico no Brasil? Que fatores contribuíram para isso?** Destaca-se que a resposta a esta questão chegou a integrar as questões desta pesquisa, porém em função da viabilidade de tempo teve-se que abandoná-la. Talvez o mais adequado fosse responder inicialmente esta questão, mas em não sendo possível propõem-se para estudos futuros. A partir dessa definição, mais agentes podem emergir, mais explicações quanto às várias interpretações que se dá sobre qual o objeto de estudo do campo podem surgir. Além disso, apontar fatores ou mesmo campos (inclusive não científicos) que contribuíram para a sua constituição poderiam ajudar a entendê-lo.

- **Que outros campos poderiam servir de ponto de partida para se analisar o campo científico da administração universitária no Brasil?** Como foi mencionado diversas vezes ao longo da pesquisa, este trabalho buscou compreender o campo científico da administração universitária, considerando-o como um subcampo da administração. Porém, afirmou-se que o campo da educação, por exemplo, em razão de sua ligação à questões da educação superior ou do ensino superior e das próprias instituições onde a educação e o ensino se dão, poderia ser um dos caminhos para se enxergar a administração universitária como um campo científico. A partir dessa perspectiva fazer comparações com as encontradas nesse trabalho buscando possíveis relações.

- **Como a estrutura do campo científico da administração universitária se transforma ao longo do tempo? Os agentes dominantes permaneceram sempre os mesmos? A desigualdade e a distribuição do capital científico entre seus agentes foi semelhante ao longo do tempo?** Parte-se do pressuposto que a estrutura do campo científico muda ao longo do tempo. A trajetória dos agentes é que faz com que ao longo do tempo a estrutura do campo científico siga também uma trajetória, podendo agregar novos agentes, fazendo permanecer os mesmos ou excluindo outros. Mudam-se, dessa forma, os agentes dominantes e as próprias “regras do jogo”. Assim, seria interessante poder realizar um corte temporal - com base em algum critério relevante - para que se verifique como o campo se configura ao longo do período e como sua estrutura muda com a mudança de distribuição de capital científico.

- **Que correntes do pensamento científico fundamentam epistemologicamente a produção científica do campo científico da administração universitária?** Até o projeto de

qualificação esta também havia sido tratada com uma das questões de pesquisa deste trabalho, porém seguindo a banca que sabiamente sugeriu um foco ao mesmo, optei por abandonar esta problemática. No entanto, considera-se fundamental um estudo como tal, pois como todo trabalho epistemológico, permitiria compreender melhor a produção científica do campo, seus temas e objetos de estudo.

- O campo científico da administração universitária é um campo que extrapola as fronteiras nacionais? Como este campo se constitui em outros países? Neste trabalho, optou-se por desvendar o campo científico da administração universitária no Brasil, por se entender que se trata de um primeiro passo. Há indícios, por meio de produções na área, especialmente na América do Sul, de que o campo seja mais amplo e possivelmente se constitua de outra forma – talvez até mais clara – em outros países. Sendo assim, sugere-se a desvendar o campo em outros países e comparar com o brasileiro, para buscar possíveis relações principalmente quanto a possíveis agentes comuns internacionalmente bem como objetos de estudos e temas de interesse correspondentes.

Por fim, cabe ressaltar que sabe-se da limitação da abordagem empregada. A teoria dos campos de Bordieu, neste caso o científico, não explica tudo. Há uma série de lacunas que ainda podem e devem ser exploradas para entender como o campo científico da administração universitária está constituído, como está estruturado, quem o constitui, entre outros elementos. Após finalizada esta pesquisa extraída de minha tese de doutorado finalizada em fevereiro de 2013, já saí com a certeza de que o campo científico não é apenas uma estrutura formada de dominantes e dominados e as relações de jogo de poder por eles empreendida. Há outros tipos de agentes, há outras relações. A abordagem de Bourdieu apresentou-se como uma abordagem viável para desvendar o campo, mas lacunas ainda podem ser percebidas e há infinitas possibilidades para tentar preenche-las. O trabalho continua.

REFERÊNCIAS

ANPAD - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. **Temas de interesse.** 2011b. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=subsecao&cod_edicao_subsecao=676&cod_evento_edicao=58> Acesso em: jul.2011.

AUDET, M. e MALOUIN, J.-L. (orgs.) **La production des connaissances scientifiques de l'administration.** Quebec: Les Presses de l'Université Laval, 1986.

ÁVILA, Patrícia. A distribuição do capital científico: diversidade interna e permeabilidade externa do campo científico. **Sociologia – Problemas e Práticas.** nº 25. 1997. p. 9-49.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa, Portugal: Edição 70, 2004.

BEN-DAVID, Joseph. **O papel do cientista na sociedade:** um estudo comparativo. São Paulo: Pioneira; Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel Pinto; WOOD JR, Thomaz. Produção Científica em Administração de Empresas: Provocações, Insinuações e Contribuições para um Debate Local. In: XXII ENANPAD, 1998, Foz do Iguaçu. **Anais Eletrônicos,** Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998.

BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel Pinto; WOOD JR, Thomaz. Produção Científica em Administração de Empresas: Provocações, Insinuações e Contribuições para um Debate Local, **RAC – Revista de Administração Contemporânea,** v. 3, n. 1, p. 147-178, Jan./Abr. 1999.

IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

BERTERO, Carlos Osmar. Prefácio. In: FACHIN, Roberto Costa. **Construindo uma Associação Científica: trinta anos da ANPAD – memórias, registros, desafios.** Porto Alegre: [s.n], 2006.

BOUDON et al. Dicionário de Sociologia. Dom Quixote: Lisboa, 1990 <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAW-AAB/dicionario-sociologia>

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **As Regras da Arte:** gênese e estrutura do campo literário. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, R. **Sociologia.** São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Os usos sociais da ciência.** Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **Homo academicus.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

BULGACOV, Sérgio; VERDU, Fabiane Cortez. Redes de Pesquisadores da Área de Administração: um Estudo Exploratório, **RAC – Revista de Administração Contemporânea,** Edição Especial, p. 163-182, 2001.

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Área 2009.** 2009. Disponível em : <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/ADMIN17jun10.pdf> Acesso em mar.2012.

_____. **Qualis Periódicos.** 2012. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis> Acesso em: mar./2012.

CHEVALLIER, Jacques. LOSCHAK, Danièle. **A Ciência Administrativa.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1980.

CNPq – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Bolsas no país.** 2012b. Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/bolsas-no-pais> Acesso em: jul./2012.

DIAS, Rafael de Brito. **A ciência segundo Joseph Ben-David:** uma leitura de "O papel do cientista na sociedade". 2006. (Texto GAPI para discussão). Disponível em: http://www.ige.unicamp.br/gapi/RESENHA_JBD.pdf Acesso em: fev.2012.

FLEURY, Sônia. (Coord.) **Análise do Perfil dos Artigos Publicados na Revista de Administração Pública – RAP – No Período 1992-2002.** Rio de Janeiro: EAESP/FGV, 2003.

GONÇALVES, Adriana Aguilera et al. Contribuições dos colégios invisíveis e dos blogs na disseminação e compartilhamento do conhecimento científico. In: 4º Seminário em Ciência da Informação – SECIN, 2011, Londrina. **Anais Eletrônicos.** Londrina: SECIN, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/secin/ocs/index.php/secin2011/secin2011/paper/viewFile/60/12> Acesso em: out.2012.

HAGSTROM, W. O. O controle social dos cientistas. In: DEUS, Jorge Dias de (org.). **A Crítica da Ciência: sociologia e ideologia da ciência.** 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

LAHIRE, Bernard. **Homem Plural:** os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

LIMA, Juvêncio Braga de. Pesquisa qualitativa e qualidade na produção científica em administração de empresas. In: XXIII ENANPAD, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais Eletrônicos,** Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999.

MARTIN, Olivier. La construction sociale des sciences. In: **Sciences Humaines – hors-série,** nº31, dez./jan-fev, 2001.

MERTON, R.K. Os imperativos institucionais da ciência. In: DEUS, Jorge Dias de (org.). **A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência.** 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)

MIRANDA, Caroline Maria Guerra de; ALMEIDA, Adiel Teixeira de. Visão multicritério da avaliação de programas de pós-graduação pela CAPES: o caso da área Engenharia III baseado nos métodos Electre II e MAUT. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 51-64, jan./abr. 2004.

OLIVEIRA, Mirian. A Informação nos Títulos e Resumos: Trabalhos do ENANPAD 97. In: XXII ENANPAD, 1998, Foz do Iguaçu. **Anais Eletrônicos**, Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998.

PONDÉ, Luiz Felipe. **O Homem Insuficiente**: comentários de antropologia pascalina. São Paulo: EDUSP, 2001.

QUINTELLA, Rogério Hermida. Encontro Nacional da ANPAD X Meeting of AOM: Lições, Questionamentos e Especulações, **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 107-115, Abr./Jun. 2003.

ROSSONI, Luciano. **A dinâmica de relações no campo da pesquisa em organizações e estratégia no Brasil: uma análise institucional**. Curitiba: UFPR, 2006. 296 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

RUBEN, Guilherme; SERVA, Maurício; CASTRO, Marco Luiz de. Resíduos e complementaridade: da relação entre a teoria de administração e a antropologia. **Anais do XIX ENANPAD**. João Pessoa: ANPAD, 1995.

SCHLICKMANN, Raphael. **Administração universitária**: desvendando o campo científico no Brasil. 2013. 292 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2013. Disponível em : <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PCAD0874-T.pdf>>. Acesso em : 3 jun. 2013.

SCHWARTZMAN, Simon. Universidade e Ciência Observadas por Ben-David. **Ciência Hoje** 7, 37, nov./1987. p. 68. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/bendavid.htm> Acesso em: abr.2012.

SHINN, Terry; RAGOUET, Pascal. **Controvérsias sobre a ciência**: por uma sociologia transversalista da atividade científica. São Paulo: Editora 34, 2008.

STENGERS, Isabelle. **Quem tem medo da ciência?** : ciências e poderes. São Paulo: Siciliano, 1990.

TEIXEIRA, Juliana Cristina. et al. Dinâmica de distribuição de fontes de capitais científicos entre docentes / pesquisadores de um programa de pós-graduação *stricto-sensu* de uma universidade pública. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v.17, n.1, p. 179-206, mar.2012.

TRIEANAL CAPES – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO TRIENAL. **Administração, Ciências Contábeis e Turismo**. Disponível em : <http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2011/02/RELAT%20C3%93RIO-DE-AVALIA%20C3%87%20ADMINISTRA%20C3%87%20FINANCEIRA.pdf> Acesso em : mar.2012.

UFRGS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Concurso de público de títulos e provas para provimento de cargo na classe de professor adjunto**. Disponível em : <http://www.ufrgs.br/progesp/progesp-1/concursos-publicos/magisterio-superior/concursos/2011/edital-17-2011/arquivos/orientacoes/Ed%2017-2011%20ADM%20Administracao%20Financeira.pdf> Acesso em dez.2011.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em Administração. In: VIEIRA, M.M.F.; ZOUAIN,D.M. (Org). **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

WITTMANN, Lauro Carlos. GRACINDO, Regina Vinhaes (coords.). **O Estado da Arte em Política e Gestão da Educação no Brasil 1991 a 1997**. Brasília: ANPAE, Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

WOOD JR, Thomaz; PAULA, Ana Paula Paes de. Pop-management: pesquisa sobre as revistas populares de gestão no Brasil. In: XXVI ENANPAD, 2002, Salvador. **Anais Eletrônicos**, Salvador: ANPAD, 2002.



IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2014)